

O DESENVOLVIMENTO É AÇÃO LOCAL

Quando se deu início ao processo MANIFesta colocou-se a questão: a MANIFesta realizava-se na continuação do modelo seguido desde a sua origem, debatendo temáticas importantes para os processos de desenvolvimento, ou tinha como foco um local, e a MANIFesta seria a exposição e o debate das possibilidades e constrangimentos ao desenvolvimento desse mesmo local? A decisão tomada foi no sentido de se avançar para uma versão de MANIFesta **centrada no Local**. Como a partir de junho de 2017 entrámos num período marcado pela problemática dos incêndios, o local seria um dos territórios afetados.

Entre algumas alternativas possíveis, a decisão recaiu na União de Freguesias de Friúmes e Paradela, concelho de Penacova. Freguesia que, nos fogos de outubro de 2017, foi afetada em mais de 90% da sua área geográfica.

Tínhamos a noção que trabalhar todas as dimensões do desenvolvimento num espaço geográfico reduzido era, de certa forma, redutor: as limitações operacionais não nos permitiam ser muito mais ousados. O essencial, para nós, era tornar explícitas as possibilidades e os constrangimentos nos processos de desenvolvimento local.

Decidido o local, havia que implementar uma estratégia para criar/testar processos que conduzissem à sua dinamização, ou seja, ao seu desenvolvimento.

Assim que se iniciou o processo ficaram claras as potencialidades da União de Freguesias de Friúmes e Paradela, que vão do património natural (rio Alva e serra da Atalhada) e do património edificado (moinhos de vento, aldeias e açudes no rio Alva) ao património cultural (as tradições das gentes, onde se destacam os saberes ligados à arte da moagem dos cereais nos moinhos de vento e de água, a arte da navegação fluvial – incluindo a construção naval –, a produção e transformação do linho e a gastronomia intimamente ligada à produção agrícola e pecuária local).

Como em todos os territórios, independentemente da sua dimensão, esta freguesia é um local físico e social, e o desenvolvimento é feito na sua inter-relação, e na desta com o exterior.

Com alguma frequência o local social fica algo esquecido. No levantamento social, feito em reuniões com pessoas e instituições locais, foi notória a perceção de uma identidade social construída no passado. Pelo que é difícil pôr em prática uma ideia que envolva as pessoas e as leve a acreditar na suas capacidades para transformar e construir um espaço comum. Em suma, uma ideia mobilizadora que permita o seu envolvimento na transformação da sua realidade, e as conduza à ação com vista à concretização de objetivos comuns. As pessoas e as instituições locais competem entre si pelo espaço e pelos bens materiais e imateriais locais, o que dificulta uma organização coletiva de colaboração para melhorar as suas condições de vida.

A maioria das pessoas organiza-se segundo a perceção que tem do contexto social que as envolve e procura daí tirar vantagem, reproduzindo modelos de organização social já estabelecidos. Quando esse contexto entra em decadência torna-se muito difícil alterar ou inverter o processo. Por norma, meio a que se recorre para tentar alterar a situação é a for-

mação. Mas os modelos que têm vindo a ser praticados não têm dado resposta, pois assentam numa ideia de *deficit* e não de *superavit*; predomina o ensino em detrimento da aprendizagem, e o que subjetivamente passa para as pessoas é um modelo de dependência e não de proatividade.

Apenas uma reduzida percentagem da população tem a capacidade de se organizar pelo futuro, como aquilo que não existe mas se deseja que venha a existir. Sem estas pessoas, que designamos de líderes, a transformação da realidade torna-se uma impossibilidade e toda a comunidade fica como que perdida e sente-se abandonada. A este grupo de líderes que atua em conjunto, em determinado local, poderíamos designa-lo por grupo de ação local, pois tem sempre um papel propositivo e reivindicativo perante o sistema e não meramente de administração local desse mesmo sistema.

AS INSTITUIÇÕES E O SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO

Como é evidente, as instituições são um espelho do que as pessoas que as representam são e do modo como se relacionam com os outros protagonistas e instituições. A clareza e a transparência na sua atuação é determinante para a criar as regras de confiança necessárias à participação e à colaboração. Sem transparência e clareza nos objetivos e na tomada de decisão cria-se um ambiente de desconfiança que mina as relações sociais e dificulta a participação das pessoas nos processos sociais do desenvolvimento. Quando isto acontece instala-se um ambiente competitivo, entre pessoas e instituições, que favorece a centralidade da tomada de decisão em detrimento da decisão local.

Se o que se pretende é criar espaços de transformação e evolução social que leve as pessoas a envolver-se ativamente na construção das suas condições de vida, é urgente que as instituições envolvidas nos processos de desenvolvimento local sejam as primeiras a assumir um posicionamento que as coloque ao lado das populações locais e se organizem para reivindicar novas formas de funcionamento administrativo que transforme a administração central numa menos burocrática e a coloque numa postura de proximidade e apoio aos processos de inovação e transformação social, sem os quais não haverá desenvolvimento local.

Podemos ter muito conhecimento sobre a realidade do Local mas sem ação não existe mudança. O desenvolvimento é por isso a aliança entre conhecimento e ação.

VÍCTOR ANDRADE,
director da *Animar*

COLABORAÇÕES

António Barata - *Animar*
António Covas - *UAL*
Célia Pereira - *Animar*
Eduardo Graça - *CASES*
Graça Rojão - *Coolabora*

Marco Domingues - *Animar*
Pedro Hespanha - *UC/CES*
Sílvia Ferreira - *UC/CES*
Susana Fonseca - *Zero*
Víctor Andrade - *Animar*

VEZ E VOZ

Revista da *Animar*
- Associação Portuguesa
para o Desenvolvimento Local
Nº 9 (3ª Série) 2018

Director

Marco Domingues

Edição e Imagem

António Barata

Correspondência

Av. Santos Dumont, 57 - 1º Esq.
1050-202 LISBOA
vezevoz@animar-dl.pt

Telef.: 21 952 74 50/1
animar@animar-dl.pt
www.animar-dl.pt
www.facebook.com/
associacao.animar
https://agencianimar.com
www.cidadaniaemp Portugal.pt

ISSN: 1646-852X

Impressão

Tondelgráfica - Artes Gráficas Lda.
Rua Dr. Abel Lacerda
Apartado 53
3460-573 TONDELA

Tiragem: 600 exemplares

Distribuição gratuita

As opiniões expressas nos artigos
são da exclusiva
responsabilidade dos autores

A revista *Veze e Voz* respeita as
opções dos autores dos textos
relativamente ao novo acordo
ortográfico da língua
portuguesa



EDITORIAL

1 O desenvolvimento é Ação Local
Víctor Andrade

4 MANIFesta'18 – PENACOVA

6 A MANIFesta'18, dia-a-dia
António Barata

SESSÃO DE ABERTURA

13 Animar: 25 anos de animação territorial e comunitária
Marco Domingues

16 Economia social em Portugal
Eduardo Graça

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

E DESENVOLVIMENTO LOCAL

21 O futuro da economia social e solidária em Portugal: desafios e oportunidades
Pedro Hespanha

29 Empresas sociais e economia solidária: fronteiras e oportunidades
Sílvia Ferreira

POLÍTICAS DE ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL

35 Futuro da Europa – do local para o global
Susana Fonseca

A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR

44 Os territórios não são pobres, estão pobres
António Covas

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

49 Inovação e avaliação de impacto
Marco Domingues

FFES III

50 Finanças éticas e solidárias – desafios à implementação no nosso país
Célia Pereira

DIREITOS DAS MULHERES

52 As organizações de emancipação social só podem ser feministas
Graça Rojão

REGISTO

54 Animar, 25 anos ao serviço do desenvolvimento local – 25 anos da Animar e do desenvolvimento local
55 Intervenção da Animar na Sessão de Encerramento do Roteiro para a Cidadania em Portugal

58 Parecer da Animar sobre o critério de candidaturas a Investimentos em Produtos Florestais não Identificados como Agrícolas – Intervenção da Animar no XIII Colóquio do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento – Os Direitos Humanos na ordem do dia, sobre o tema Saúde- -Cooperação-Igualdade
59 Audição Pública Desenvolvimento Sustentável

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

62 Economia Social em movimento – uma história das organizações
63 Importância económica e social das IPSS em Portugal – Ainda (e sempre?) a descentralização

Pág. 49

XII ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA



O DESENVOLVI É AÇÃO



MENTO LOCAL

A XII MANIFESTA - ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA REALIZOU-SE NO CONCELHO DE PENACOVA, REGIÃO DURAMENTE ATINGIDA PELOS INCÊNDIOS DE VERÃO EM 2017.

DURANTE TRÊS DIAS, DE 19 A 21 DE OUTUBRO, A VILA DE PENACOVA E ALGUMAS DAS OITO ALDEIAS DO CONCELHO SERVIRAM DE PALCO AO CULMINAR DE UM DIVERSIFICADO PROCESSO DE ANIMAÇÃO TERRITORIAL, INICIADO MESES ANTES, VIRADO PARA A PROCURA DE RESPOSTAS PARA OS PROBLEMAS DA REGIÃO NAS ÀREAS DA EDUCAÇÃO, AMBIENTE, AGRICULTURA E FLORESTA, TURISMO E ECONOMIA E SOCIAL.

A XII MANIFESTA TEVE POR LEMA O DESENVOLVIMENTO É AÇÃO LOCAL, E FOI PROMOVIDA POR UMA PARCERIA CONSTITUÍDA PELA ANIMAR, CM PENACOVA E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FRÍUMES E PARADELA. A PARCERIA CONTOU AINDA COM A ACTUAR - ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO, ASSOCIAÇÃO ZERO, ASPEA - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ICE - INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS, FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, UNIVERSIDADE DE AVEIRO E MOVIMENTO ASSOCIATIVO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FRÍUMES E PARADELA.



A MANIFesta'18, DIA-A-DIA

António Barata *Técnico de comunicação e imagem da Animar*



DURANTE TRÊS DIAS, DE 19 A 21 DE OUTUBRO, O MUNICÍPIO DE PENACOVA E AS SUAS GENTES ACOLHERAM A XII MANIFESTA - ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

A FESTA

A ostentação rococó da magnífica igreja do Mosteiro de Lorvão serviu de palco à encenação “Lorvão, glória da Ordem de Cister”, que encerrou a XII MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local e da Economia Social e Solidária.

A recriação, pelo Grupo Folclórico e Etnográfico de Lorvão, das confidências entre D. Teresa e a sua irmã D. Sancha, recordou alguns episódios da história do convento e das desafortunadas vidas das duas mulheres, condicionadas pelas disputas políticas entre Afonso Henriques e o rei de Leão, Afonso XI, que levaram à criação do reino de Portugal.

No dia anterior, uma audiência atenta já tinha podido assistir no mesmo local ao concerto barroco de canto e órgão “Miserere Mei”, pelo Grupo Coral da Filarmónica de Covões, integrado na Festa das Santas Rainhas e nos festejos do terceiro aniversário da inscrição dos manuscritos de Lorvão e Alcobaça no Registo de Memória do Mundo da UNESCO.

Não foram eventos isolados, já que nos três dias de MANIFesta tiveram lugar outras recriações, de cariz etnográfico – uma Barrela, antigo processo de lavagem de roupa, em que o “detergente” era a cinza, e uma divertida encenação sobre as diligências do morgado da aldeia de Paradela da Cortiça para saber qual dos seus servos lhe andava a beber o licor, pela Associação de Melhoramentos de Paradela da Cortiça; e também uma demonstração do processamento do linho, desde a transformação da planta seca em fio, e deste em tecido, pela Associação de Melhoramentos do Carregal.

Num registo diferente do cultural e etnográfico, realizou-se na manhã do último dia da MANIFesta uma caminhada pelas serras da região, em que mais de uma centena de participantes percorreram antigos trilhos, hoje verdadeiros caminhos de cabras devido ao êxodo rural, durante o qual puderam observar a natureza em toda a sua beleza. Desgastante, mas gratificante.

A esta caminhada associou-se a iniciativa Dia Municipal para a Igualdade, dando-se a conhecer aos participantes.

A FEIRA

A realização da Feira obedeceu a um critério algo diferente do das anteriores edições da MANIFesta. Não teve lugar fixo, “deslocando-se” de aldeia em aldeia, conforme as realizações, focalizando-se nas produções locais dessas aldeias e de outras, como a de Miro. Pelo que a **Feira** fez-se nas aldeias de Paradela da Cortiça, do Carregal e de Friúmes, onde se visitou uma pequena unidade de produção de cerveja artesanal, a Beira Alva, e os participantes a puderam provar, comprar e igualmente degustar outros produtos regionais; e na de Lorvão, onde foi possível ver o forno comunitário em plena actividade e apreciar broa e outros produtos locais.

A ASSEMBLEIA

A MANIFesta iniciou-se na manhã do dia 19 com uma Sessão de Abertura em que participaram Rui Fiolhais (em representação do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), Humberto Oliveira (CM Penacova) e o Presidente da Animar, Marco Domingues. Nela, Rui Fiolhais referiu o reconhecimento do Estado sobre “o quanto as entidades de economia local contribuem para a melhoria das condições de vida da população em geral e dos grupos mais fragilizados em particular”, bem como o seu papel na capacitação de recursos, criação de riqueza e emprego.

A vertente Assembleia foi composta por quatro painéis temáticos:

- **Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local**, em que foram oradores Eduardo Graça (CASES), Filipa Alves (Casa da Esquina), Pedro Hespanha (CES - Universidade de Coimbra) e Sílvia Ferreira (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra). Fernando Rodrigues (Vice-Presidente da Animar e também representante do Ecomuseu de Barroso) moderou.

Eduardo Graça falou sobre a origem e a finalidade da CASES. Salientou a importância da criação recente da Confederação Portuguesa da Economia



Lorvão, glória da Ordem de Cister

Miserere Mei

Social – demonstrativa da maturidade do sector e da importância que este tem na sociedade portuguesa –, uma aliança entre movimentos associativos livres com origem na revolução industrial (cooperativas, sindicatos, partidos, clubes desportivos, etc.) e nos movimentos católicos. Terminou referindo-se à importância da Conta Satélite da Economia Social, um “instrumento estatístico estratégico que permite perceber a importância e influência social da economia social”.

Filipa Alves deu a conhecer a experiência da Casa da Esquina, uma associação cultural socialmente atenta ao que a rodeia e que não quer limitar a sua acção ao universo da economia social, estando aberta a todos. Pelo que é um espaço público e de trocas, onde cabem o teatro e outras artes, a costura e os produtos locais, onde se inventam mercados sem dinheiro e se procura criar novos hábitos de consumo e estabelecer relações directas entre consumidores e produtores, eliminando intermediários, se cedem espaços, etc. Em suma, um espaço de igualdade, dignidade e solidariedade.

Pedro Hespanha discorreu sobre as diferenças entre economia social e solidária e economia social – enquanto a primeira pratica a solidariedade entre iguais na resolução dos seus problemas, a segunda,

porque compete com o sector privado, tende a integrar algumas das más práticas deste.

Referindo-se aos incêndios que assolaram a região, considerou que estes vieram chamar a atenção para a débil situação económica do interior, onde persistem tradições de entreaajuda e partilha de valores, a par de uma cultura conservadora de resistência ao que é novo e vem de fora. Um quadro em que ganha relevância a pequena agricultura familiar, uma forma de exploração da terra que não recorre à exploração assalariada da mão-de-obra. O que permite relacioná-la com a economia social e solidária e verificar o quanto são necessárias políticas públicas que evitem a morte das aldeias.

Silvia Ferreira falou sobre o conceito de empresas sociais, que considera ter origem em razões semelhantes às que transparecem da crítica da economia social e solidária à social: burocratização, autoritarismo estatal, ...

Em seu entender, as CERSIS foram as primeiras empresas sociais no país. Surgidas com o 25 de Abril, eram cooperativas que juntavam pais, técnicos e autarquias, (agora também as pessoas com deficiência), criando assim um novo tipo de organização com que se procurava responder à discriminação de que eram alvo as pessoas com defici-



A tradição da Barrela da Roupa à moda antiga



ência. Mais tarde apareceram na Europa entidades que, com preocupações semelhantes, procuravam integrar desocupados no mercado de trabalho, colocando-os durante um certo tempo a trabalhar em empresas onde aprendiam o necessário para se candidatarem a um emprego.

Entende ser empresas sociais aquelas que:

a) por iniciativa dos cidadão estão orientadas para a resolução de problemas ambientais ou sociais sem buscar o lucro, que deve ser distribuído e não reinvestido; b) fornecem bens e serviços na base do risco partilhado e no trabalho assalariado dos membros da entidade; c) não dependem dos capitalistas, sendo as decisões tomadas com grande autonomia em termos de gestão e com a participação dos que têm relação ou são afectados pela actividade da entidade.

- **Política de Ordenamento e Coesão Territorial - Desafios e Oportunidades.** Neste painel participaram Duarte Rodrigues (Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP), Teresa Sá Marques (Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território), Jorge Brandão (CCDR Centro), Amândio Torres (Unidade de Missão de Valorização do Interior) que, respectivamente, discorreram sobre o *Futuro Quadro Comunitário, o Poder Central, Regional e Local*, com particular enfoque no PNOPT; *Estratégias de Valorização e Promoção Regional e Políticas de Revitalização do Território Florestal*. O Painel foi moderado por Miguel Torres (CM Tondela). Neste painel conflituaram dois saberes – o académico e o institucional (científico), e o de experiência feito (empírico), tendo este último considerado ser necessário os primeiros “descerem à terra”.

- **O Contributo do Turismo para o Desenvolvimento Local**, em que foi oradora *Carmo Lopes* (Escola Superior Agrária - Universidade de Coimbra). Partindo da constatação de que é catastrófico

o estado em que se encontra a lavoura, e de que o rural não é só agricultura, apontou o turismo rural (em particular o ecoturismo) como um serviço capaz de revitalizar os espaços rurais. O que no seu entender passa por potencializar os saberes e as paisagens locais e o que cada território tem de diferente e genuíno; criar estruturas hoteleiras e de restauração, e hábitos de acolhimento; qualificar os territórios, criar e preservar áreas protegidas e os produtos reconhecidos e certificados; conhecer o que se faz noutros países e territórios e recorrer ao saber académico e científico.

- Resultados do Processo de Animação Territorial. Neste painel procurou-se reflectir sobre a MANIFesta. *Vitor Andrade* (Director da Animar), referindo-se ao processo da MANIFesta'18, que teve como lema “O Desenvolvimento é Acção Local”, começou por referir que o **desenvolvimento** é o resultado de uma acção em determinado contexto, sendo o **local** o espaço onde se pode agir – tem actores e ligações, pelo que inclui vários e variados locais; tem líderes, que também são actores. E estes tanto podem envolver e levar as populações a participar, como fazer delas instrumentos dos seus interesses e secar tudo à sua volta. Depois interrogou-se sobre que educação queremos? Defendeu uma outra abordagem educativa, que seja transformadora. Uma educação que não seja um veículo de reprodução do sistema, mas da sua transformação. Pelo que há que transformar a escola, fazendo com que ela ministre uma aprendizagem que incentive o sentido crítico e interventivo, e que leve ao questionamento.

José João Rodrigues desenvolveu um jogo através do qual procurou estabelecer compromissos para futuras MANIFestas.

Paralelamente decorreram outros debates de partilha e avaliação de experiências, como os promovidos pela Associação Zero, FASE, ASPE e o Projecto Rios.



Broa com degustação - Forno Comunitário de Lorvão



Sessão de Abertura da MANIFesta



Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local - Painel I

Animação Territorial - Painel IV



Assembleia MANIFesta - Painel IV



O contributo do Turismo para o Desenvolvimento Local - Painel III



Política de Ordenamento e Coesão Territorial - Painel II



Um retrato do território

Penacova, sede do Concelho com o mesmo nome, é uma vila do distrito de Coimbra, situada na sub-região do Baixo Mondego, constituída por oito freguesias – Carvalho, Lorvão, Friunes e Paradela da Cortiça, Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego, Lorvão, Penacova, S. Pedro de Alva e São Paio do Mondego, Sazes do Lorvão.

Área: 216,7 km²

População: 14.300

População jovem (menos de 15 anos): 10,6%

População activa (15 aos 64 anos): 62,3%

População idosa (mais de 65 anos): 27%

Densidade populacional (número médio de pessoas por km²): 66

Índice de envelhecimento (número de idosos por cada 100 jovens): 254,8

Pessoas em idade activa por idoso: 2,3

Diferença entre nascimentos e óbitos: -133

Desempregados inscritos nos centros de emprego (população activa): 5%

Pensionistas (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações): 43%

Pensionistas (Segurança Social – velhice, invalidez e sobrevivência): 4.803

Pensionistas (Caixa Geral de Aposentações): 662

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção: 163 – 1,3%

Beneficiários do subsídio de desemprego: 189 – 1,5%

Trabalhadores na Administração Local: 150



SESSÃO DE ABERTURA ANIMAR: 25 ANOS DE ANIMAÇÃO TERRITORIAL E COMUNITÁRIA



Marco Domingues
Presidente da Animar

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Dr. Umberto Oliveira, o Sr. Presidente do Instituto da Segurança Social, Dr. Rui Fiolhais, o Sr. Presidente

da CASES, Dr. Eduardo Graça, as Sras e os Srs, vereadoras/es, estimadas e estimados representantes das organizações da rede Animar, da sociedade civil e públicas, e demais organizações e pessoas aqui presentes.

A Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, foi constituída em 1993 por um grupo de organizações sociais e por cidadãs e cidadãos que, à época, se encontravam em territórios geograficamente marginalizados e que, junto do poder local, reivindicavam respostas para os seus problemas, gerando assim respostas em parceria entre o poder local e a sociedade civil organizada. Atualmente, passados 25 anos de história em que se acumulou um património humano ímpar, construído com fortes e afetivas relações humanas e um objetivo comum que, tal como afirmava um dos seus fundadores, o Prof. José

Portela, tinham *“a vontade de mudar o mundo a partir do chão”*. Essa vontade perdurou e foi sendo construída com ação sustentada e sustentável um pouco por todo o país na resposta aos vários desafios sociais, económicos, ambientais, culturais e políticos.

A Animar tornou-se, assim, uma das entidades de cúpula do movimento associativo da Economia Social, numa rede ímpar de organizações sociais, constituída por entidades coletivas, associações, cooperativas, fundações, mas também por vários agentes de desenvolvimento em nome individual, tais como autarcas e ex-autarcas, académicos e empreendedores/as, encontrando-se representada em 80% do território nacional pelo seu universo de associados, o que demonstra o seu contributo inestimável para o desenvolvimento das comunidades locais e do nosso país. Na rede Animar encontram-se 120 organizações que, entre si, contemplam mais de 300 projetos que ajudaram a criar/manter um elevado número de postos de

Na rede Animar encontram-se 120 organizações, que entre si contemplam mais de 300 projetos que ajudaram a criar/manter um elevado número de postos de trabalho. São números que representam uma família do setor da Economia Social, e que se encontra em estreita parceria com o estado, ...

trabalho. São números que atestam a importância e implantação de uma família do setor da Economia Social que se encontra em estreita parceria com o estado, nomeadamente através da sua representação nos órgãos sociais da CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, e no CNES - Conselho Nacional para a Economia Social, tendo recentemente também sido eleita (no passado dia 8 de Outubro) para a vice-presidência da Direção da CPES - Confederação Portuguesa da Economia Social, a maior organização da economia e social do país, que criou

um espaço de diálogo e de ação cooperativa entre as entidades mais representativas deste setor relevante para a coesão social e territorial em Portugal. A economia social, tal como sublinhado na Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, *“alia a rentabilidade e solidariedade, desempenhando um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e uma economia com valores democráticos que coloca as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável, a inovação social, ambiental e tecnológica”*.

Ouso afirmar que uma boa parte das instituições de economia social atuais surgiram e surgem de dinâmicas de desenvolvimento local. E, realço, o que tantas vezes é instituído nos territórios através de políticas públicas promotoras da coesão social e territorial, surge, é experimentado e validado através da singular capacidade de inovação das organizações que pro-

movem o desenvolvimento local. O “DESENVOLVIMENTO LOCAL é assim entendido pela a Animar como UM PROCESSO A PARTIR DA CIDADANIA ATIVA E PARTICIPATIVA DE UMA COMUNIDADE, NA PROCURA DA RESOLUÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS OU PARA A ALAVANCAGEM DAS SUAS OPORTUNIDADES, QUE ATRAVÉS DE PARCELIAS construídas em DINAMICAS de REDE DE BASE HORIZONTAL, emancipatórias e PROMOTORAS DA IGUALDADE, CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO EQUITATIVO E INTEGRAL DAS SUAS COMUNIDADES. As organizações do Desenvolvimento Local são as que mais inovam, mais lidam com a diversidade e as que constroem as suas iniciativas através, com e para as suas comunidades. Daí, com toda a humildade e justo reconhecimento pela oportunidade de servir esta rede, com a minha direção e a fantástica equipa, considero que a Animar é uma das organizações que maior capacidade tem de validar e implementar novas e exigentes respostas aos novos desafios sociais e societais.

E é com este património associativo e experiência coletiva, com esta causa, que se inicia neste momento a XII MANIFesta, que terminará no domingo, dia em que será lançado o Dia Muni-

cipal para a Igualdade, na Freguesia do Lorvão. Uma iniciativa tornada possível, nestes moldes, porque a organização da XII MANIFesta, em parceria com a Câmara Municipal de Penacova, contou com o alto patrocínio de Sua Excelência o Sr. Presidente da República e com uma parceria de desenvolvimento constituída pela União das Freguesias de Friúmes e Paradela, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, do Instituto Politécnico de Coimbra, da ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental e o Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais, contando ainda com os apoios da CASES, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e do Portugal Inovação Social.

Este ano, associada à iniciativa da luta contra a pobreza e a exclusão social, as celebrações do Dia Municipal para a Igualdade decorrerão entre os dias 21 e 27 de outubro.

Porque acreditamos que o desenvolvimento é um processo coletivo, a Animar agradece a todas e todos a vossa presença, participação, envolvimento e, tal como o mote desta edição da MANIFesta, incitamos à vossa ação para o desenvolvimento.

A todas e todos, em nome da associação Animar, o nosso sincero bem hajam.

Sessão pública de assinatura do Protocolo da XXII MANIFesta, na Câmara Municipal Penacova



SESSÃO DE ABERTURA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL



Eduardo Graça

Presidente da direção da CASES

A definição operacional de economia social adotada em Portugal é a que consta da proposta no relatório *The Social Economy in the European Union*:

A Economia Social é um “Conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto.

A Economia Social agrupa também as entidades privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.”

Na Conta Satélite da Economia Social (CSES), que adiante se aborda, considera-se ser esta definição “a que melhor se adequa aos sistemas de Contabilidade Nacional visto não ter em consideração nem critérios jurídicos, nem administrativos, centrando-se na análise do comportamento dos atores da Economia Social, assim como na procura de semelhanças e diferenças entre os próprios atores e entre estes e os outros agentes económicos. Tem ainda em consideração os princípios históricos, bem como os valores próprios da Economia Social. É, por conseguinte, uma definição que tem um amplo consenso científico e que permitiu quantificar e tornar visível, de forma homogênea e harmonizada internacional-

mente, alguns agregados das entidades pertencentes à Economia Social.”

Tais asserções são tanto mais importantes quanto é certo coexistirem, nem sempre de forma harmoniosa, um pouco por todo o mundo, duas grandes conceções de economia social: a chamada conceção americana, circunscrevendo o perímetro das organizações da economia social às chamadas organizações sem fins lucrativos, “*non-profit institutions*” (excluindo as cooperativas e mutualidades, as principais organizações do chamado “setor de mercado”) e a conceção europeia que, com mais ou menos variantes, por região ou país, estabelece um perímetro, mais alargado, no qual são consideradas as organizações dos chamados “setor de mercado” e “de não-mercado”. É esta conceção mais abrangente que foi adotada em Portugal com incidência nas reformas institucionais e legais, assim como nos demais instrumentos operacionais que têm vindo a ser criados.

O “setor cooperativo e social”, que a Constituição da República Portuguesa consagra, no art.º 82º, como um dos três setores de propriedade dos meios de produção, com a mesma dignidade dos setores público e privado, nunca havia tomado corpo, na nossa contemporaneidade, enquanto setor organizado, em torno de uma qualquer organização associativa, nem sequer havia prosseguido, de forma estruturada, objetivos comumente partilhados com o Estado.

As cooperativas e as mutualidades, nascidas da mesma raiz, com uma história centenária, raramente haviam coabitado em espaços de trabalho e diálogo; as misericórdias, com uma tradição de cinco séculos de história, têm vindo a reconstruir um conglomerado social e económico, prosseguindo, legitimamente, o seu próprio caminho, estribadas no direito canónico; as instituições particulares de solidariedade social (IPSS’s) têm assumido crescente protagonismo, e importância, na área social, em torno de um estatuto que o

estado lhes atribui, preenchidas determinadas condições, recaindo sobre organizações com diversos estatutos jurídicos; as associações, mais numerosas e diversificadas pela natureza das suas atribuições e objetivos, além de mais pulverizadas no território, têm exercitado um intenso espírito de sobrevivência.

A importância da Lei de Bases da Economia Social (LBES), assumindo-se como uma lei geral, resulta de prosseguir um objetivo primordial, qual seja o do reconhecimento institucional e jurídico explícito do setor da economia social, o que passa fundamentalmente por:

- a) Delimitar o âmbito subjetivo das suas entidades e os princípios orientadores da respetiva atuação;
- b) Identificar as formas de organização e representação da economia social;
- c) Definir as linhas gerais das políticas de fomento da economia social;
- d) Identificar as vias de relacionamento das entidades da economia social com os poderes públicos.

Neste contexto, o art.º 1º da LBES dispõe que *“A presente lei estabelece, no desenvolvimento do disposto na Constituição da República Portuguesa quanto ao sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios”*.

Neste novo edifício em construção, com o contributo de todas e todos os que entendem a importância estratégica da economia social para a

coesão social numa perspetiva de melhoria, e reforma do estado social, não esteve ausente a necessidade de criar um instrumento estatístico de forma a superar a falta de informação estatística credível, e certificada, do setor em Portugal.

A LBES portuguesa, antecedida pela aprovação de lei homóloga em Espanha, antecipou a iniciativa legislativa francesa (viveiro dos movimentos

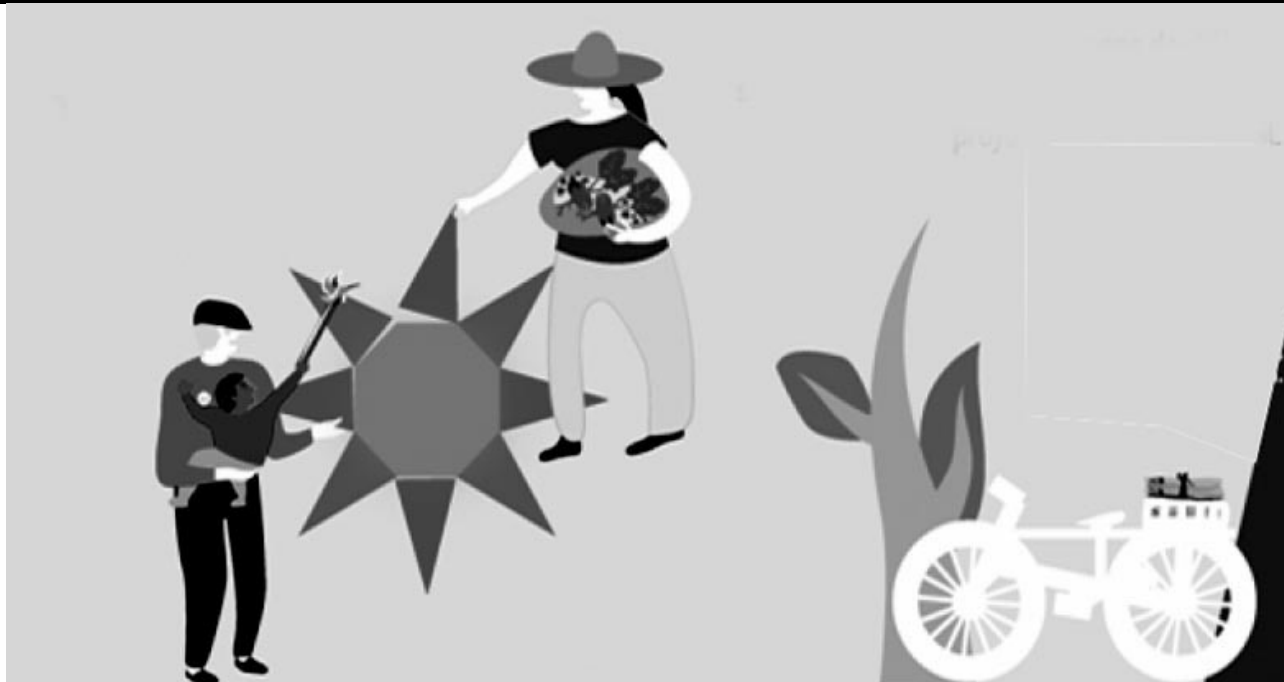
inaugurais da economia social) e a do Canadá (Quebeque), integrando no seu articulado (art.º 6º, nº 2) a obrigatoriedade da elaboração de uma Conta Satélite da Economia Social (CSES) nos seguintes termos: *“Deverá ainda ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a Economia Social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional”*.

Tal consagração foi consensual em grande medida

pelo fato da CSES ter suscitado, e incluído no seu plano de ação, logo em 2010, a criação de uma CSES correspondendo a um desafio contido em diversos documentos da UE tal como, por exemplo, a Resolução do Parlamento Europeu de 19 de março de 2009, sobre Economia Social, publicada em 25 de março de 2010 em que, nos seus pontos 15 e 16 faz menção explícita ao *“reconhecimento estatístico”* nos seguintes termos:

“15. Convida a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem a criação de registos estatísticos nacionais das empresas da economia social, a estabelecer contas satélite nacionais por sector institucional e por ramo de atividade, e a permitir a utilização desses

A importância da Lei de Bases da Economia Social, assumindo-se como uma lei geral, resulta de prosseguir um objetivo primordial qual seja o do reconhecimento institucional e jurídico explícito do setor da economia social



dados pelo Eurostat, recorrendo também às competências disponíveis nas universidades;

16. Salienta que a medição da economia social é complementar à medição das organizações sem fins lucrativos (OSFL), convida a Comissão e os Estados-Membros a promoverem a utilização do Manual da ONU sobre as organizações sem fins lucrativos e a prepararem contas satélite que permitam melhorar a visibilidade das OSFL e das organizações da economia social.”

A conceção, e criação, de tal instrumento estatístico competiria sempre à autoridade estatística nacional (Instituto Nacional de Estatística - INE) que, desde logo, aderiu à proposta tendo sido celebrado um protocolo entre as duas instituições (CASES e INE), em 2011, renovado periodicamente, tendo em vista a concretização, em parceria, do projeto.

O emprego remunerado gerado pela Economia Social representava, em 2010, 5,5% do emprego a tempo completo do total nacional, tendo crescido para 6% em 2013, revelando uma capacidade empregadora superior a setores relevantes da

atividade económica como, por exemplo, o sector da banca e seguros e somente abaixo do emprego criado pelo setor da construção.

Sublinho no que respeita a este indicador que o emprego remunerado gerado pela Economia Social na UE ronda os 7,5% do emprego remunerado total (mais de 14 milhões de pessoas) o que, comparado com o indicador homólogo português indicia ser a Economia Social em Portugal um setor com elevado potencial na criação de emprego, assim o próprio setor seja capaz de se reorganizar, em particular, através de fusões, dinamização de redes e fomento da intercooperação, e o poder público, assuma as suas atribuições, desenvolvendo todo o seu potencial de apoio à regeneração e fomento da economia social.

As questões que se debatem nos centros de poder europeu, e global, interessam-nos, em particular, as que respeitam à definição de conceitos inovadores, como o de empresa social, que revela um surpreendente interesse, que emerge do debate acerca da confluência de valores e princípios diversos que, estrategicamente, poderão confluir

num novo conceito de organização no qual o económico não capturará o social nem o social condicionará o económico.

Outro grande desafio é o da intercooperação, ou seja, o de encontrar caminhos que promovam a prática da cooperação no seio do próprio do movimento associativo, aglutinando energias na diversidade, densificando o debate, estimulando a academia, formando os práticos, entrosando os protagonistas, criando sinergias entre os mundos do saber e do fazer, tendo em vista abrir à renovação de ideários sem perda na fidelidade a valores e princípios distintos.

Os tempos de crise estimulam e fazem crescer, tendencialmente, o interesse das sociedades e organizações pelo tema da economia social e do empreendedorismo, seus princípios e valores, em que avultam os da democracia, da liberdade e da intercooperação. Em Portugal será desejável que prossiga e se aprofunde, sem abrandamento da parte de qualquer dos protagonistas, o trabalho pelo reconhecimento do sector e pelo tema da economia social em toda a sua extensão e complexidade.

As entidades da economia social têm que encarar os desafios do futuro, de forma positiva, ganhar escala em cada um dos seus subsectores, eficiência e eficácia, adotando, sem prejuízo da fidelidade aos seus princípios e ao papel dos dirigentes voluntários e benévolos, uma gestão profissional que lhes permita adotar com sucesso

estratégias nas quais a sustentabilidade terá um papel cada vez mais relevante. O mais relevante acontecimento no seio da economia social em Portugal nos últimos decénios é a recente criação da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES).

No seu conjunto a economia social, em Portugal, é um parceiro insubstituível das autarquias no desenvolvimento local. A economia social é uma rede, densa e diversificada, implantada ao longo de todo o território nacional, constituindo-se como um poderoso movimento que gera emprego e coesão social, cria riqueza e exerce um papel preponderante, real e potencial, no fomento da integração social e da regeneração de territórios que têm vindo a ser esvaziados de população e de

equipamentos. São mais de 61 mil entidades, responsáveis por 2,8% do VAB e de 6 % do emprego remunerado total (Conta Satélite da Economia Social com dados de 2013 em atualização com dados de 2016 que revelarão, certamente, o crescimento do peso da economia social na sociedade portuguesa).

Os desafios da economia social, no Portugal contemporâneo, têm que ser enquadrados num processo em movimento que está e decorrer com coerência após um longo período histórico de va-

zão no que respeita à reinvenção do conceito de economia social, com suas virtualidades e constrangimentos, quer no plano político, institucional, legal, doutrinário, económico e social.

A economia social, em Portugal, é um parceiro insubstituível das autarquias no desenvolvimento local.

A economia social é uma rede, densa e diversificada, implantada ao longo de todo o território nacional, constituindo-se como um poderoso movimento que gera emprego e coesão social, cria riqueza ...

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL



O FUTURO DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA EM PORTUGAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES



Pedro Hespanha

Sociólogo, Professor Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Investigador do Centro de Estudos Sociais

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

1. O que é a Economia Solidária

Numa definição muito ampla, a economia solidária engloba as práticas económicas baseadas no trabalho associado, na gestão democrática e na solidariedade entre iguais com o propósito de que

peças e grupos resolvam juntos problemas da existência que cada qual isoladamente não consegue e com a vontade de contribuírem para “uma outra economia preocupada com o bem comum e com a defesa dos modos de vida ameaçados” (Laville, 2009).

Importa reconhecer que nem sempre as pessoas que desenvolvem tais práticas se identificam com

a designação de economia solidária. São várias as razões desta dissonância entre “o nome” e “a coisa”: desde logo, devido à relativa ambiguidade do conceito de solidariedade fortemente apropriado pelas instituições de cariz filantrópico ou religioso; depois, devido ao aparecimento recente de novas terminologias cujas diferenças dificilmente se apreendem (economia cívica, economia colaborativa, economia de partilha, economia circular, etc.) (Hespanha e Santos, 2016). Solidariedade, tal como cooperação, é um termo que exprime bem a diferença com competição e concorrência que são as palavras chave da economia dominante¹.

Existe uma diferença, nem sempre claramente explicitada, entre a economia solidária e economia social. A economia social, sobretudo após a consolidação do Estado Social, beneficiou de um elevado reconhecimento institucional e, em consequência, perdeu muita da sua autonomia e flexibilidade². As iniciativas mais espontâneas, democráticas e emancipatórias, mais difíceis de enquadrar institucionalmente, ficaram de fora da economia social, tendo a economia solidária se

Nem sempre as pessoas ... se identificam com a designação de economia solidária. São várias as razões desta dissonância entre “o nome” e “a coisa”: desde logo, devido à relativa ambiguidade do conceito de solidariedade fortemente apropriado pelas instituições de cariz filantrópico ou religioso; depois, devido ao aparecimento recente de novas terminologias cujas diferenças dificilmente se apreendem

tornado assim a designação comum dessas formas emergentes ou formas tradicionais não enquadradas³.

Ainda assim, faz sentido identificar as complementaridades entre estas duas realidades, com vista a explorar as sinergias entre a economia social e a economia solidária precisamente para reforçar a posição de ambas face ao Estado e ao mercado e reforçar a legitimidade social e política de uma e outra. O uso da designação economia social e solidária, ainda que assumido como uma concessão tática, temporária e superficial, pode identificar os contributos que cada qual pode trazer para

a consolidação de uma efetiva democracia económica, integrando tanto a redistribuição dos mais diversos recursos quanto a valorização da autonomia dos sujeitos que estão implicados nas iniciativas (Laville, 2018).

2. A sua diversidade e a atipicidade das suas formas

A diversidade e atipicidade de formas como se apresenta a economia solidária são traços específicos a sublinhar. Muitas dessas formas têm raízes

1) Para aprofundar o conceito de solidariedade, cfr. Stjerno, 2004; Paugam, 2007; Sennett, 2012.

2) Trabalhos recentes vieram fazer luz sobre esse processo de transformação da economia social em Portugal: Garrido (2016), Estivill (2017a e 2017b).

3) O manifesto da Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES) refere que na economia solidária “se conjuga economia com solidariedade, perspetiva ecológica, diversidade cultural, reflexão crítica, democracia participativa e desenvolvimento local”.



fortes no passado, como é o caso, entre outros, do trabalho comunitário ou da entreatjada camponesa, das iniciativas de solidariedade popular, do mutualismo rural ou operário, das cooperativas ou da produção autogerida. Outras são mais recentes e surgem, mais ou menos espontaneamente, de situações críticas vivenciadas pelas camadas mais vulneráveis da população, em que estas procuram organizar coletivamente as respostas que o mercado e o Estado não dão. Outras, em suma, são soluções alternativas à economia capitalista, pensadas e inventadas dentro das organizações e movimentos sociais contra-hegemónicos, inspiradas num pensamento crítico sobre a economia e a sociedade capitalista e numa avaliação positiva das experiências que visam democratizar a economia e desenvolver alternativas socioeconómicas mais justas, mais democráticas e mais sustentáveis, por meio do trabalho cooperativo e solidário.

3. A economia solidária e o desenvolvimento local

À diversidade de formas de que se reveste a economia solidária associam-se, também, formas diferentes de promover o desenvolvimento local e de actuar nas suas várias dimensões.

Em primeiro lugar, as iniciativas que promovem o desenvolvimento, gerando rendimento e emprego em situações em que a economia de mercado é incapaz de o fazer: autogestão de empresas falidas, cooperativas de trabalho, empreendimentos geridos por desempregados ou trabalhadores precários.

Em segundo lugar, as iniciativas que adotam uma abordagem integrada dos problemas e das respostas, procurando aproximar atores que ganham em cooperar: mercados solidários, intermediação solidária – cabazes e hortas solidárias, circuitos curtos; redes colaborativas solidárias;

cooperativas de artesãos, de reciclagem de resíduos, lojas de comércio justo; redes solidárias e clubes de trocas.

Em terceiro lugar, as iniciativas que permitem aumentar o bem-estar e melhorar as condições de vida das pessoas: serviços sociais de proximidade, creches coletivas, cantinas populares, *ateliers* terapêuticos, clínicas populares, os sistemas de partilha de bens privados (habitação, transporte particular, livros, medicamentos).

Em quarto lugar, as iniciativas de valorização dos recursos locais, mobilizadoras de redes de solidariedade em comunidades rurais de pequena dimensão: a entreejuda na produção, a gestão coletiva de baldios e benfeitorias (fornos, eiras, moinhos, levadas), as mútuas de gado, a auto-construção da habitação, fruição de terrenos baldios; mas também em envolvimento em ação coletiva e empreendimentos que gerem uma procura externa de bens e serviços de origem (feiras gastronómicas, oficinas artesanais, espaços museológicos, lojas de produtos locais, festas e cerimoniais das aldeias, associados ou não ao turismo rural).

É desta diversidade e riqueza do seu campo de ação que a economia solidária está a retirar o seu sucesso em Portugal.

OS DESAFIOS: UM DÉFICE DE VISIBILIDADE E DE RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Um grande número de iniciativas de economia solidária, principalmente em áreas urbanas, são claramente inspiradas em princípios que novos movimentos sociais introduziram na sociedade portuguesa: proteção ambiental; liberdade de criar, administrar e sustentar os bens comuns; proteção ao consumidor; igualdade de género; liberdade de expressão; orientação sexual; pacifismo.

Em geral, essas iniciativas têm objetivos culturais e políticos muito explícitos, procurando estabelecer novos modos de vida e influenciar políticas

públicas. Por esta razão, a expressão pública de seus objetivos é uma estratégia importante, através de diferentes formas: presença nos meios de comunicação social, organização e participação em reuniões públicas, reivindicação persistente junto de entidades públicas e grupos de interesses. Apesar de sua tremenda visibilidade pública, essas iniciativas são ostensivamente ignoradas, se não contestadas, muitas vezes insidiosamente, pelos governos e instituições públicas.

Daí que a visibilidade da economia solidária não seja a regra.

O discurso económico dominante ignora essa reali-

Um grande número de iniciativas de economia solidária, principalmente em áreas urbanas, são claramente inspiradas em princípios que novos movimentos sociais introduziram na sociedade portuguesa: proteção ambiental; liberdade de criar, administrar e sustentar os bens comuns; proteção ao consumidor; igualdade de género; liberdade de expressão; orientação sexual; pacifismo



Forno Comunitário de Lorvão

dade e não consegue entender os critérios sociais e culturais que afetam as decisões económicas, considerando assim economicamente irrelevante o investimento em laços solidários e sociais (Louçã e Caldas, 2009).

Uma constatação óbvia é que a relativa invisibilidade da economia solidária tem uma contrapartida direta no seu escasso reconhecimento público e, acima de tudo, no reconhecimento institucional quase nulo.

Apesar de algumas formas de economia solidária em Portugal beneficiarem de um amplo reconhecimento legal pela Constituição da República (1976), enquanto formas de economia cooperativa, economia das comunidades locais, economia coletiva dos trabalhadores e economia das “pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista” (art.º 82, 4), elas foram completamente ignoradas pela Lei de Bases da Economia Social de 2013.

AS OPORTUNIDADES

O drama dos incêndios de 2017 veio chamar a atenção para as economias e os modos de vida das populações do interior e mesmo do litoral rural do país: economias pobres, baseadas na terra e no trabalho, com muita produção para consumo próprio, sediadas em aglomerados dispersos e de reduzida dimensão, escassos em equipamento coletivo, envolvendo uma população pouco escolarizada e envelhecida.

Esta situação é evidenciada e reconhecida nos relatórios de avaliação das causas dos incêndios e, mais recentemente, no Programa de Revitalização do Pinhal Interior (Governo da República, 2018). O próprio governo reconhece que “o tipo de agricultura dominante nestes territórios é claramente familiar e, em grande medida, de subsistência” (ibid.: 35) e por isso estabelece como “objetivo estratégico a promoção da agricultura, quer a orientada para o mercado, baseada na inovação, quer

a de âmbito mais local, baseada essencialmente em produções para autoconsumo e desenvolvida em torno dos núcleos habitacionais rurais” (ibid.: 31).

Novidade ainda é o facto de a pequena agricultura familiar, que já tinha visto reconhecida a sua contribuição para o desenvolvimento à escala mundial com a declaração pela FAO de 2014 como o ano internacional da Agricultura familiar, viu aprovado pelo Governo em agosto deste ano o Estatuto da Agricultura Familiar que veio reconhecer:

“o papel da agricultura familiar nas economias locais e regionais, as diferentes funções que a mesma assume e os valiosos bens públicos e serviços que, em geral, presta e também ‘a necessidade de promover um esforço institucional público de discriminação positiva não só através de políticas sociais redistributivas, mas sobretudo da sua inclusão ativa em intervenções promovidas por políticas públicas de desenvolvimento” (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 64/2018).

Quais as relações desta pequena agricultura familiar com a economia solidária?

Já deu para entender que o que verdadeiramente caracteriza a economia dos pequenos agricultores familiares é o facto de as relações de trabalho e de distribuição de recursos e do produto serem fundamentalmente organizadas em torno da reciprocidade ou entreatajuda nas tarefas do quotidiano e em torno da ação coletiva e das relações de vizinhança que dão corpo à comunidade. Diferentemente da economia de mercado a que chamamos de capitalismo, aqui homens e mulheres, que não vivam da exploração da força de trabalho alheio, tentam garantir a sua existência, tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempos mais amplos das relações sociais (Icaza e Tiriba, 2009: 150). É certo que estas economias não dispensam nem o recurso ao mercado (mercados locais de produtos ou mesmo mercados de trabalho) nem as ajudas sociais do Estado e, por isso, são economias mistas

e plurais que combinam diferentes maneiras de agir e de decidir.

Existem ainda hoje em muitas aldeias traços fortes de uma economia comunitária que durante séculos garantiu a sobrevivência das populações. Baseada na entreatajuda no trabalho, na propriedade comunal de terrenos baldios para uso dos compartes, mas também de eiras, pontes e levadas, fornos e outro equipamento, na ação coletiva mobilizada em caso de necessidade (inundações, fogos, derrocadas, etc) ou para dar resposta a necessidades comuns (sob a forma de Ligas ou Associações de Amigos, comissões de melhoramentos – e mais recentemente comissões sociais de freguesias ou inter-freguesias –, mas também ranchos folclóricos, festas, rifas e leilões), essa economia era “pobre



mas segura”. Uma economia em que a pequena produção doméstica se complementava com o uso dos bens comuns para assegurar à maior parte a sobrevivência e era suportada por uma cultura que valoriza a interdependência entre os vizinhos e a obrigação moral de entreatajuda, distingue-se claramente da economia de mercado que se consolidou nas cidades através do trabalho assalariado, da propriedade privada e da troca mercantil.

As grandes transformações sociais do século XX – modernização, urbanização e globalização – atingiram fortemente as aldeias e alteraram-lhes as suas rotinas e regras de funcionamento. São muitos os sinais disso:

- as economias individuais cada vez mais baseadas em rendimento do trabalho assalariado, pensões

de reforma, juros de poupanças e não tanto na cultura das terras; e daí movidas mais pela necessidade de que pela solidariedade;

- a desagregação das comunidades, pela emigração, emprego fora da comunidade, envelhecimento, presença de neorurais e da comunicação de massas;
- a invasão de um setor terciário moderno: o supermercado, a agência bancária, o posto de saúde, o lar de idosos;
- uma estratégia de desenvolvimento seguida pelo Estado – de resto, em consonância com as diretrizes e as ajudas europeias –, que não se afasta do modelo de modernização dualista, promovendo e apoiando as atividades que se mostrem competitivas, impulsionando o investimento numa fração reduzida de produtores e suas organizações – a componente empresarial – e deixando as restantes entregues a si próprias, qualquer que seja o peso que elas detenham em termos de emprego.

Dito isto, até custa a acreditar: tais foram as mudanças; mas o novo não matou o velho, precisamente porque o velho tem sabido adaptar-se.

A vida nas aldeias continua a sustentar-se dos laços fortes de sociabilidade entre os moradores e entre os moradores e os filhos da terra que saíram sem terem quebrado as raízes. Persiste uma forte identidade coletiva reanimada cada ano na festa da aldeia ou durante as férias dos que estão fora e regressam, a qual se exprime em múltiplas manifestações de apego (é onde se constroi a casa onde se virá passar a reforma; é onde se vêm casar os filhos e batizar os netos, é onde se investem algumas poupanças na melhoria da aldeia, e é onde, finalmente, se discute o que falta fazer na aldeia ou se fazem planos para o futuro.

Perdendo pessoas e forças, estes territórios estão habituados a resolver sozinhos os seus problemas. A sociedade mais vasta das cidades ignora-os, o poder central conforma-se com o fenómeno da desertificação, as elites impacientam-se pela sua



falta de dinamismo; o poder local é pobre e, por isso, só faz o que pode...

Num estudo relativamente recente (2013), a Animar identificou um número significativo de aldeias nas várias regiões de Portugal que, apesar de uma demografia adversa, tinham conseguido superar os inúmeros constrangimentos das grandes transformações sociais ocorridas nos últimos 50 anos e desenhar e integrar uma estratégia de desenvolvimento rural. Chamou-se-lhes Aldeias Sustentáveis e Ativas.

Os fatores que favoreceram o êxito destes casos foram muito diversos, mas entre eles destaca-se a existência de um capital social, económico e político muito rico nessas aldeias.

O estudo mostra em detalhe como tudo isso é possível através de estruturas associativas e de práticas de deliberação coletiva, contrariando a noção de senso comum muito generalizada hoje em dia de que nada resta nas comunidades locais para além de um individualismo desenfreado.

Além de serem um espaço de vida associativa e de deliberação coletiva, as iniciativas da economia solidária funcionam também quer como escolas de democracia, de defesa do interesse público e motores de participação cívica, quer ainda como espaços comunicativos, aptos a desenvolver a capacidade de realizar debates, de resolver conflitos e de estabelecer consensos entre indivíduos e grupos com valores, interesses e identidades diversos.

Tendo isto em conta eu vejo as oportunidades da Economia Solidária se disseminar em contextos rurais precisamente por recuperar uma filosofia que vai muito além da criação de rendimento e de bem estar. É que ela propõe-se mudar tanto as relações interpessoais quanto as relações com o meio ambiente, fazendo um uso renovado de muitos dos valores de solidariedade, entajuda e respeito pela natureza das comunidades tradicionais.

BIBLIOGRAFIA

- Estivill, Jordi (2017a) “Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra - I Parte”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXXIII: 19-45
- Estivill, Jordi (2017b) “Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra - II Parte”. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXXIV:11-26
- Garrido, Álvaro (2016), *Cooperação e Solidariedade. Uma História da Economia Social*. Lisboa: Tinta da China
- Governo da República (2018), *Programa de Revitalização do Pinhal Interior*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2018 - Diário da República n.º 2/2018
- Hespanha, Pedro e Santos, Luciane Lucas dos (2016) “O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal”. *Revista de Economia Solidária*, 9:22-68
- Icaza, Ana e Tiriba, Lia, (2009) “Economia Popular” in A. Cattani, J.-L. Laville, L. I. Gaiger e Hespanha, P., *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina
- Laville, Jean-Louis (2009), “Economia Solidária: um movimento internacional”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84: 7-47
- Laville, Jean-Louis (2018), *A Economia Social e Solidária. Práticas, Teorias e Debates*. Coimbra: Almedina.
- Louçã, Francisco e Castro Caldas, José M. (2009) *Economia(s)*. Porto: Afrontamento.
- Paugam, Serge (2007) (org.) *Repenser la Solidarité. L'apport des sciences sociales* (5-28). Paris: PUF
- Santos, Luciane Lucas dos (2011), “Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo”, in Pedro Hespanha e Aline Mendonça Santos (orgs.), *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina, 169-203.
- Stjerno, Steiner (2004) *Solidarity in Europe. The History of an Idea*. Cambridge: Cambridge University Press; Serge Paugam (2007) (org.) *Repenser la Solidarité. L'apport des sciences sociales* (5-28). Paris: PUF; Richard Sennett, (2012) *Juntos*. Rio de Janeiro: Record
- Sennett, Richard (2012) *Juntos*. Rio de Janeiro: Record

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL



EMPRESAS SOCIAIS E ECONOMIA SOCIAL: FRONTEIRAS E OPORTUNIDADES



Sílvia Ferreira

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
Centro de Estudos Sociais

APRESENTAÇÃO

As empresas sociais emergiram na Europa na década de 1990, sobretudo a partir de um grupo de investigadores/as, que procuraram compreen-

der algumas inovações sociais ocorrendo no campo da economia social.

Mais recentemente este conceito ganhou nova proeminência, nomeadamente política, ao ter sido incluído nas políticas e prioridades europeias, extra-

**Investigação desenvolvida no âmbito do projeto TIMES - Trajetórias Institucionais e Modelos de Empresa Social em Portugal, desenvolvido no Centro de Estudos Sociais e financiado no âmbito do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (<https://times.ces.uc.pt>).*

vasando para Portugal a partir de instrumentos como o Portugal 2020 e o Código dos Contratos Públicos.

O conceito é atualmente incontornável, mas também há ainda muita indefinição sobre os seus contornos e as suas fronteiras, em particular no que se refere à sua relação com a economia social e solidária e com as empresas lucrativas.

Importa, pois, ter presente o panorama atual e as oportunidades que oferece para o desenvolvimento local e a inclusão social, bem como para a resolução de problemas societais, nomeadamente os relacionados com a sustentabilidade ambiental.

A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE EMPRESA SOCIAL

O conceito de empresa social tem vindo a ser popularizado em Portugal e por todo o mundo. Todavia, é grande o debate sobre o que são empresas sociais. Para alguns, são empresas lucrativas com uma missão social, para outros são organizações da economia social. E, mesmo dentro destes campos há nuances diferenciadas. As empresas lucrativas podem ter simplesmente produtos e serviços que servem necessidades sociais, ou podem ter secções onde existe um equilíbrio entre a missão social e os objetivos lucrativos. Entre as organizações da economia social, tanto podem ser todas, como aquelas que têm aspetos de inovação social, ou de lógicas de governação democráticas abrangentes. Ou seja, há um sem número de significados no discurso corrente sobre as empresas sociais.

A emergência do conceito deu-se em 1990, nomeadamente a partir da investigação levada a cabo no âmbito da Rede EMES¹. Este conceito serviu para descrever uma nova realidade proveniente das organizações da economia social, que se distinguiu das organizações tradicionais por ultrapassar fron-

teiras. Por exemplo, cooperativas com objetivos de inclusão social ou associações com componentes produtivas. A abordagem da Rede EMES provém da necessidade de entender estas novas realidades na Europa. No nosso caso, começaram por ser estudadas como empresas sociais as CERCIS, mais tarde incluídas no grupo das cooperativas sociais, e as empresas de inserção e centros de emprego protegido, por desenvolverem atividades económicas como metodologia de inclusão social. Estas últimas são comumente descritas por empresas de inserção pelo trabalho (WISE) e são também um tipo de empresa social.

A Rede EMES descreve as empresas sociais como articulando três dimensões, social, económica e política. A saber, na dimensão social: terem o objetivo explícito de beneficiar a comunidade; partirem de uma iniciativa de um grupo de cidadãos; terem uma distribuição de lucros limitada. Na dimensão económica: existir nelas uma atividade contínua de produção/venda de bens e/ou serviços; existir um nível de risco económico significativo assumido pelos seus fundadores; haver uma quantidade mínima de trabalho assalariado na organização. Na dimensão da governança: não estar o poder de decisão na organização baseado na propriedade do capital; possuírem uma natureza participativa que envolve as pessoas afetadas pela atividade; possuírem um elevado grau de autonomia em termos de gestão.

Existe, pois, na identificação destas dimensões, uma ressonância com os princípios da economia social que encontramos na Lei de Bases da Economia Social, similares aos princípios identificados internacionalmente, como o primado do indivíduo e dos objetivos sociais, a conciliação entre os interesses dos membros, beneficiários e utilizadores e o interesse geral e o reinvestimento dos excedentes obtidos na prossecução das suas atividades, o carácter de participação voluntária, a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e o controlo democrático pelos membros.

1) <https://emes.net/>

AS EMPRESAS SOCIAIS E A POLÍTICA EUROPEIA

A Comissão Europeia tem sido um dos atores mais ativos na promoção das empresas sociais, nomeadamente a DG Crescimento, sendo um dos seus programas a *Social Business Initiative*. Define empresa social² como:

Uma empresa social é uma operadora da economia social cujo objetivo principal é ter um impacto social em vez de gerar lucro para seus proprietários ou acionistas. Opera fornecendo bens e serviços para o mercado de uma forma empreendedora e inovadora e usa seus lucros principalmente para alcançar objetivos sociais. Ela é gerida de forma aberta e responsável e, em particular, envolve funcionários, consumidores e partes interessadas afetadas pelas suas atividades comerciais.

Refere a Comissão que não há uma só forma legal para as empresas sociais. Elas podem ser cooperativas, empresas de responsabilidade limitada, associações mutualistas, associações, organizações voluntárias, organizações de caridade ou fundações. Identifica ainda quatro áreas principais de atividade:

- Integração laboral, incluindo formação e integração de pessoas com deficiência ou desempregadas;
- Serviços sociais pessoais, incluindo saúde, bem-estar, cuidados médicos, formação profissional, serviços de saúde, de apoio à infância e aos ido-

os ou ajuda a pessoas em situação de desvantagem;

- Desenvolvimento local de áreas em situação de desvantagem, como em áreas rurais remotas, desenvolvimento e reabilitação em zonas urbanas, ajuda ao desenvolvimento e cooperação para o desenvolvimento;
- Outras áreas como reciclagem, proteção ambiental, desporto, arte, cultura, preservação histórica, ciência, investigação e inovação, proteção do consumidor e desportos amadores.

Uma empresa social é uma operadora da economia social cujo objetivo principal é ter um impacto social em vez de gerar lucro para seus proprietários ou acionistas

Esta política influenciou os fundos estruturais, com expressão no Portugal 2020. Podemos fazer um exercício de aproximação entre as áreas temáticas identificadas pela Comissão Europeia e as prioridades dos fundos estruturais. Este exercício destina-se apenas a per-

ceber a inclusão das empresas estruturais nas várias linhas de apoio à sua promoção, sendo que em quase nenhum caso estes fundos são particularmente orientados para as empresas sociais.

Na área dos **serviços sociais**, onde atuam muitas organizações da economia social, a promoção de empresas sociais é explicitamente referida numa das prioridades de investimento “Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego” (POISE³). Esta prioridade concretiza-se sobretudo através da iniciativa Portugal – Inovação Social, que visa criar um ecossistema de inovação e empreendedorismo social, e na melhoria da capacitação institucional dos Parceiros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES).

Na área da **integração laboral**, as empresas sociais de integração pelo trabalho podem encontrar en-

²) http://ec.europa.eu/growth/sectors/social-economy/enterprises_en

³ Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego

quadramento nos apoios previstos nas prioridades “Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras” e “concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas”. Visa-se promover a criação de emprego sustentável para pessoas desempregadas através de várias medidas, nomeadamente criação de empresas. As empresas sociais são referidas nos Planos Regionais entre as entidades beneficiárias destas medidas (Centro, Norte, Alentejo, Algarve). Os PO dos Açores e do Algarve são mais específicos no que se refere ao apoio a empresas sociais de inserção pelo trabalho. Nos Açores há uma medida específica para apoio a empresas sociais que inclui, por exemplo, capacitação das instituições do setor da economia social e apoio a estruturas que prestam serviços de proximidade para criar novos empregos. Já o PO do Algarve inclui entre as medidas “Criação de redes de empresas e de emprego apoiado de base territorial”, onde inclui o apoio às empresas de inserção pelo trabalho com uma dimensão ambiental (as chamadas ECOWISE, em terminologia europeia). Pretende-se a criação de uma empresa em cada município do Algarve, com trabalho de inserção voltadas para a reciclagem de aparelhos domésticos. Pretende-se ainda organizar uma rede de produtores locais agregados em empresas sociais, incluindo as empresas de inserção pelo trabalho.

Também o POISE possui algumas linhas de apoio que podem ser usadas pelas WISE, como o Coop-jovem, para Apoiar jovens NEET na criação de cooperativas e o apoio a centros de recursos para a inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade.

Na área do **desenvolvimento local** em áreas rurais e urbanas em situação de desvantagem podemos referir-nos ao instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), que visa promover, em territórios específicos, a concertação estraté-

gica e operacional entre parceiros. O Acordo de Parceria prevê nos DLBC urbanos a promoção da inclusão social através de medidas de inovação social e de empreendedorismo social e nos DLBC rurais e costeiros “promoção do emprego (sustentável e com qualidade), da integração urbano-rural e, de forma complementar, na promoção da inovação social e na resposta a problemas de pobreza e de exclusão social.” Também estes DLBC podem promover a criação de empresas sociais. Por exemplo, no Centro, é apoiada a criação de emprego ou empresa para promoção do emprego, e a criação de empresas “na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, que sejam geradores de novos empregos, além da conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”⁴.

Finalmente, ainda em torno das **outras áreas** de intervenção no ambiente, desporto, património, cultura, investigação e inovação, proteção do consumidor, além das atividades que podem ser desenvolvidas pelas empresas sociais no âmbito das áreas anteriores, é ainda possível encontrar mecanismos de apoio no Objetivo Temático 1 - “Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação”, nomeadamente na promoção do investimento das empresas em I&D e ligação aos centros de investigação e universidades para o desenvolvimento de produtos e serviços que tenham caráter de inovação social,ecoinovação e aplicações de interesse público, entre outros.

A CONTRATAÇÃO PÚBLICA E O CONCEITO DE EMPRESA SOCIAL

Outra das áreas onde as empresas sociais podem encontrar um meio favorável ao seu desenvolvimento é a da contratação pública, tendo em conta

4) <http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/dlbc-desenvolvimento-local-de-base-comunitaria>

a recente revisão do Código dos Contratos Públicos (2017), na adaptação da diretiva europeia de 2014⁵. Esta diretiva europeia foi acolhida como geralmente positiva na medida em que têm em consideração a ligação que existe entre as especificidades da economia social e os objetivos de interesse público, mas também foi apontado que existem nela elementos que criam alguma ambiguidade.

A medida em que ela poderá ser aproveitada para potenciar o desenvolvimento da economia social depende quer da sua transposição para a legislação nacional quer das interpretações na sua implementação.

A Social Platform, estrutura federativa de várias confederações nacionais de organizações da economia social tem apontado aspetos positivos e desafios relativamente à diretiva europeia⁶. Por exemplo, a possibilidade de contratos reservados

para as organizações voltadas para a integração de pessoas com deficiência ou em desvantagem, tendo descido o critério de 50% de trabalhadores nesta situação para 30%. A Plataforma Social recomenda que as entidades que implementam estes contratos verifiquem se os objetivos de inclusão no mercado de trabalho estão incluídos na missão e tenham em conta a qualidade dos projetos de inclusão. A nova diretiva dá também uma maior ênfase à qualidade em detrimento do

preço, permitindo considerações de ordem social e ambiental. O *Best Price-Quality Ratio* deve ser preferido em relação ao critério *lowest price and lowest cost* em particular para serviços sociais, de saúde e pessoais. A existência de contratos reservados para organizações da economia social em serviços sociais e de saúde requer uma interpretação adequada do modo como são definidos

estes fornecedores e levanta problemas de continuidade do serviço dado estes contratos terem uma duração limitada de 3 anos, algo também apontado pelo *Commission Expert Group on Social Entrepreneurship* (GECES)⁷. Inclui-se, ainda, uma cláusula social transversal obrigatória sobre a necessidade de que os fornecedores respeitem as normas nacionais, europeias e internacionais em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género.

Em Portugal, a transposição deu-se próxima do texto da diretiva europeia, mas incluiu referência explícita às empresas sociais, nomeadamente:

- A possibilidade de que em situação de empate o contrato pode ser adjudicado a uma **empresa social** ou a uma PME (Art. 74);
- A inclusão de normas que se referem à possibilidade de reservar contratos para **determinados serviços** de saúde, sociais, educação e culturais para organizações que têm uma missão de ser-



5) Directive 2014/24/EU of the European Parliament and of the Council of 26 February 2014 on public procurement, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0024&from=EN>

6) http://www.socialplatform.org/wp-content/uploads/2015/10/Public_procurement_for_social_progress.pdf

7) <https://ec.europa.eu/docsroom/documents/24501/attachments/3/translations/en/renditions/pdf>

viço público ligada a esses serviços, que reinvestam os seus rendimentos ou os distribuam de forma participativa, inclua trabalhadores no capital social ou assentem a sua gestão em princípios participativos envolvendo os trabalhadores, os utilizadores e os *stakeholders*. Refere-se que as empresas sociais que cumpram estas condições também podem participar nestes contratos (Art. 250-D);

E ofereceu-se uma definição, a única que neste momento existe num documento oficial em Portugal:

São consideradas empresas sociais aquelas que se dedicam à produção de bens e serviços com forte componente de empreendedorismo social ou de inovação social, e promovendo a integração no mercado de trabalho, através do desenvolvimento de programas de investigação, de inovação e de desenvolvimento social, nas áreas dos serviços previstos no n.º 1 [serviços de saúde, serviços sociais, serviços de ensino e serviços culturais]”

CONCLUSÃO

Esta revisão do conceito e instrumentos para as empresas sociais permite perceber que este é um campo de oportunidades para o desenvolvimento de formas de intervenção que visam o interesse geral. As empresas sociais são uma inovação social que, em especial na Europa, nasceram associadas à economia social e a um conjunto de movimentos sociais que em finais da década de 1960 e na década de 1970 enunciaram um conjunto de críticas às lógicas institucionais vigentes, sejam elas no estado, no mercado, ou na própria economia social.

Coloca-se particular ênfase na questão da participação alargada dos *stakeholders* e no aprofundamento da democracia e em formas inovadoras de intervenção. Neste sentido, as empresas sociais encontram igualmente uma forte ressonância na emergência da economia solidária, onde são cen-

trais os princípios da participação e os objetivos do aprofundamento da democracia.

Em Portugal, o conceito de empresa social foi marginal até há pouco tempo e só recentemente, e em grande medida pelo impulso das políticas europeias, veio a ser adotado. Tal explica alguma falta de mobilização da sociedade civil e o risco de se tornar um conceito *top down* cuja utilização será meramente instrumental.

Ainda há discussões e clarificações a fazer envolvendo os diversos atores deste ecossistema. Em Portugal, o Congresso Nacional da Economia Social produziu, entre as suas Recomendações, uma relativa às empresas sociais que refere: “As entidades de economia social não se revêm no conceito de ‘empresa social’ assente na forma de sociedade comercial, e recomendam que a definição e clarificação desse conceito seja realizada no quadro da Lei de Bases da Economia Social.” O Parlamento Europeu, produziu uma resolução com recomendações à Comissão sobre um estatuto para as empresas sociais e solidárias⁸ onde faz referência à proteção do rótulo da economia social europeia e a prevenção da criação e exploração de empresas falsas, sociais e solidárias.

Seja como for o conceito está presente, havendo um potencial para as organizações que intervêm no terreno do desenvolvimento local e da inclusão social perspetivarem possibilidades de atuação. Isto inclui quer a sua participação neste debate, quer o uso dos instrumentos existentes para o desenvolvimento da sua missão.

8) *European Parliament resolution of 5 July 2018 with recommendations to the Commission on a Statute for social and solidarity-based enterprises (2016/2237(INL)).* <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P8-TA-2018-0317+0+DOC+XML+V0//EN&language=EN>

POLÍTICAS DE ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL



FUTURO DA EUROPA DO LOCAL PARA O GLOBAL



Susana Fonseca

Membro da Direção da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

Para muitos portugueses é difícil pensar Portugal dissociado da União Europeia. Podemos não saber ou reconhecer exatamente até que ponto ela influencia o nosso quotidiano, mas a sua presença tornou-se uma constante, um elemento fundamental da nossa existência enquanto cidadãos e enquanto país. Ser Europeu é hoje um “chapéu” que, a larga maioria de nós, gosta de usar e sem o qual não saímos de casa.

Quando acendemos uma lâmpada, quando andamos de carro, quando compramos um detergente, uma peça de roupa, ou os alimentos para o almoço, em todo o lado está a marca da UE, assegurando que um dado produto, para estar disponível em qualquer local do espaço da UE, tem que cumprir determinados requisitos de performance e segurança. Viajar, comunicar, investigar, trabalhar em diferentes países tornou-se progressivamente mais

simples e uma realidade quotidiana. Regularmente são disponibilizados fundos de apoio que podem ser a base para ajudar a construir o país que queremos, dentro da Europa que temos/queremos.

Mas será a Europa que temos aquela que queremos?

Se olharmos para estudos feitos recentemente (2018) a nível europeu, como os do Eurobarómetro, Portugal destaca-se como um dos países que maior confiança deposita na UE (estamos entre os 3 primeiros) e que sobre ela tem uma opinião mais positiva. Mas o resultado mais expressivo acaba por estar associado à cidadania europeia – 84% dos portugueses considera ser cidadão europeu (a média da UE28 é de 70%). Sobre o futuro, somos o segundo país (dos 28) mais otimista (71% dos portugueses inquiridos referiram estar algo ou muito otimistas sobre o futuro do espaço europeu).

Mas o que nos atrai para a Europa?

Segundo o mesmo estudo, a livre circulação de pessoas, bens e serviços, bem como a paz, são as realizações europeias que reúnem maior reconhecimento pelos cidadãos europeus e também pelos portugueses. Em suma, direitos iguais (ou quase) e a paz, sempre a paz como critério aglutinador de povos culturalmente distintos.

Mas o futuro da UE, ainda que encarado com

otimismo, não deixa de despertar ansiedade, apreensão e de estar envolto numa ampla incerteza sobre qual o rumo que efetivamente tomará.

Desde logo, é importante ter presente que, como qualquer outro “futuro”, não está escrito, não está predeterminado. No final, o futuro da UE será o que

quisermos que seja, desde que consigamos valorizar sempre mais o que nos une do que o que nos separa, e de tomarmos nas nossas mãos a responsabilidade de não deixar o projeto europeu à deriva, presa fácil daqueles que tão habilmente exploram e amplificam receios (muitos deles legítimos) para obter dividendos políticos no âmbito de uma agenda extremista.

O futuro que queremos?

No caminho para as próximas eleições europeias, que terão lugar em maio de 2019, foi proposto um debate sobre o *futuro que queremos para a UE*. Uma leitura atenta dos documentos disponibilizados retirariam uma boa parte

do otimismo com que muitos portugueses olham para a UE. Neles não se vislumbra um discurso mobilizador que possa inspirar a mudança necessária para construir uma UE mais forte em termos de coesão social, assente no respeito pleno pelos limites impostos pelo Planeta em que vivemos. Aliás, a palavra sustentabilidade está praticamente ausente e em nenhum momento é objeto de reflexão mais aprofundada, ao contrário do que acon-

Não se vislumbra um discurso mobilizador que possa inspirar a mudança necessária para construir uma UE mais forte em termos de coesão social, assente no respeito pleno pelos limites impostos pelo Planeta em que vivemos... a palavra sustentabilidade está praticamente ausente ... ao contrário do que acontece com temas como a dimensão social da UE, a globalização, a união económica e monetária, a defesa ou as finanças

tece com temas como a dimensão social da UE, a globalização, a união económica e monetária, a defesa ou as finanças.

De facto, *os cinco cenários propostos pela Comissão Europeia* subdividem-se em:

1. **Continuidade** - onde a UE mantém o caminho que tem seguido até ao presente, procurando implementar uma reforma da sua agenda que, de mudança, tem muito pouco e todos sabemos onde este caminho nos trouxe em termos da imagem da UE junto dos cidadãos.
2. **Nada mais do que o mercado único** - onde se prevê um recentramento dos interesses da UE no mercado único, como se este propósito tivesse, só por si, algum interesse, particularmente quando tantas vezes o mercado único tem privilegiado os grandes interesses em detrimento dos interesses dos cidadãos.
3. **Os que querem mais farão mais** - numa lógica de permitir diferentes velocidades de integração europeia, com todo o impacto que tal pode ter no aumento das desigualdades entre países da UE. Essencialmente a ideia passa por permitir que clusters de países que queiram avançar mais rápido o possam fazer. Certamente, não é uma visão partilhada pelos pais fundadores da UE.
4. **Fazer menos, mas de forma mais eficiente** - neste caso, a prioridade é que a UE escolha áreas estratégicas de intervenção deixando outras de

lado. O desafio desta abordagem passa pelo facto de cada vez mais uma intervenção integrada em várias áreas distintas ser a chave para o caminho para a sustentabilidade, para além do enorme risco das áreas a intervir aprofundarem, ainda mais, o afastamento dos cidadãos das instituições da UE. É ainda importante ter presente quem são os habituais defensores da ideia de uma UE “menos interventiva”. Movimentos extremistas que se alimentam de uma fraca ligação entre a UE e os cidadãos, interesses económicos organizados que vêm na intervenção da UE, não obstante as suas fragilidades, uma “ameaça” aos seus interesses.

5. **Fazer muito mais juntos** - este poderia ser a luz ao fundo do túnel, a proposta mobilizadora para jovens e menos jovens, que conduziria a uma maior união entre os Estado-Membros da UE e dos seus respetivos cidadãos, em torno de uma visão agregadora da Europa. Mas nada é dito que demonstre que este “mais” seja qualitativamente relevante na defesa do direito dos cidadãos europeus a viverem numa sociedade justa, equitativa, social e ambientalmente responsável.

Se há algo que ressalta dos documentos para reflexão disponibilizados é a total incompreensão da ordem natural das coisas. O não reconhecimento



que sem o Planeta extraordinariamente generoso e resiliente em que habitamos, não haveria nem haverá sociedade ou economia. Sem ar, sem água, sem solo, sem recursos naturais para transformar, não é possível a existência de sociedades humanas ou de qualquer forma de economia. Em suma, a sustentabilidade é uma daquelas situações em que “somos todos iguais, mas alguns são mais iguais do que outros”. Todos os pilares da sustentabilidade são importantes, mas um deles é dominante, visto que a sua perturbação pode condicionar ou mesmo aniquilar as hipóteses de existência dos restantes.

Mobilizar para um novo futuro

Para mostrar que é possível construir um projeto para a UE que mobilize os cidadãos, mais de 250 organizações da sociedade civil, de diferentes quadrantes de intervenção, assinaram e promoveram o *sexto cenário para o futuro da Europa*, que aponta para uma Europa sustentável para os seus cidadãos, um exemplo de sustentabilidade dentro e fora das suas fronteiras.

Para que tal visão se torne uma realidade, a centralidade tem que ser atribuída aos cidadãos, proporcionando-lhes bem-estar social, ambiental e económico. Bem-estar social assente em serviços públicos de qualidade, inclusivos e acessíveis e na promoção de uma sociedade onde a diversidade cultural é abraçada e respeitada e onde a economia está ao serviço das pessoas, assegurando a prosperidade para todos, assente numa redistribuição da riqueza na UE e além fronteiras. Em termos

de bem-estar ambiental o futuro deve permitir que os cidadãos europeus vivam num ambiente saudável, assente na preservação de recursos como os solos, a água, o ar e os diferentes recursos naturais de que necessitamos e dos serviços que diariamente nos são prestados, gratuitamente mas não de forma infinita, pelos ecossistemas de que dependemos para viver.

Para que tal se torne uma realidade, a UE, aqui entendida não como uma entidade distante, mas antes como um conjunto de instituições, onde, na larga maioria dos casos, as decisões são tomadas por pessoas eleitas em cada um dos Estados Membros (Conselho e Parlamento Europeus), tem que recentrar a sua atuação no interesse comum, em detrimento do atual foco tendencial nos interesses comerciais e empresariais. Portanto, o futuro da Europa será aquilo que nos propusermos construir, não deixando nas mãos de outros essa res-

ponsabilidade. Se nos demitirmos de participar, de fazer ouvir a nossa voz, de nos organizarmos para defender a visão da Europa em que acreditamos, então o seu futuro não irá, certamente, ao encontro das nossas expectativas.

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, enquanto organização não governamental de ambiente, teve na sua origem o desejo dos seus fundadores de influenciar as políticas públicas a nível nacional e europeu, exatamente porque acreditamos que é fundamental reforçar a voz do bem comum, do interesse público, junto dos decisores

O futuro da Europa será aquilo que nos propusermos construir, não deixando nas mãos de outros essa responsabilidade. Se nos demitirmos de participar, de fazer ouvir a nossa voz, de nos organizarmos para defender a visão da Europa em que acreditamos, então o seu futuro não irá, certamente, ao encontro das nossas expectativas



políticos, exercendo eles o cargo a nível nacional ou europeu.

Vários são os interesses organizados que recorrentemente procuram influenciar as decisões políticas, muitas vezes defendendo interesses próprios, que pouco ou nada retornam à sociedade em geral. A batalha é (e será no futuro próximo) desigual, visto que os recursos à disposição de um lado e de outro são muito diferentes. Também por isso, é cada vez mais relevante que, enquanto sociedade, consigamos fazer ouvir a voz daqueles que sentem que as suas expectativas em relação à Europa foram goradas. Porque quando se trabalha a nível local para promover a sustentabilidade é muitas vezes difícil compreender a forma como algumas decisões são tomadas, os apoios europeus são distribuídos ou os próprios discursos políticos teimam em falar essencialmente em crescimento. Para onde foi a abordagem do desenvolvimento? Ou melhor ainda, para quando os discursos versarão

de forma genuína e integrada sobre desenvolvimento sustentável?

É importante ter consciência que a concretização do sexto cenário para o futuro da Europa, proposto pela sociedade civil europeia, vai implicar mudanças profundas que não acontecerão sem muito trabalho por parte de todos aqueles que acreditam que a Europa deve:

- Concretizar os objetivos da Agenda 2030 relativa aos objetivos do desenvolvimento sustentável, o que tem implicações dentro e além fronteiras.
- Implementar em pleno o Acordo de Paris e outros acordos internacionais que promovam uma utilização justa e equilibrada dos recursos e previnam a degradação da capacidade do Planeta para nos acolher, enquanto uma das muitas formas de vida que dele dependem.
- Legislar e regulamentar tendo sempre como pano de fundo a agenda 2030 dos ODS.
- Garantir que os acordos de comércio internacio-

nal são um meio de alcançar objetivos sociais, ambientais e económicos, não um fim em si mesmo, procurando promover o alargamento desta visão a outras partes do mundo.

- Reforçar os mecanismos da democracia participativa e promover uma maior participação dos cidadãos para além das eleições.
- Promover uma educação pública de qualidade, que assente no desenvolvimento do sentido crítico, no respeito e inclusão social, diversidade cultural e nos direitos humanos.
- Garantir a igualdade de género dentro e fora das fronteiras europeias.
- Transformar o seu modelo económico, no sentido do respeito pelos limites do Planeta e da colocação da Economia ao serviço do bem comum.
- Apoiar o modelo social europeu, que tem permitido a gerações e gerações alcançarem novos patamares de desenvolvimento pessoal, ao mesmo tempo que sentem o apoio das instituições nacionais e europeias que lhe dão suporte. Uma ferramenta fundamental para a coesão social e para a construção de uma “identidade” europeia, assente num projeto comum de promoção do bem-estar de todos, sem exceção.

Todos somos poucos para operar esta mudança. Para alguns o contributo centrar-se-á no acompanhamento das políticas, para outros o foco será na concretização de projetos, ideias, abordagens

concretas, para outros será a participação a nível local através de organizações. Para outros ainda, o voto será a sua ferramenta.

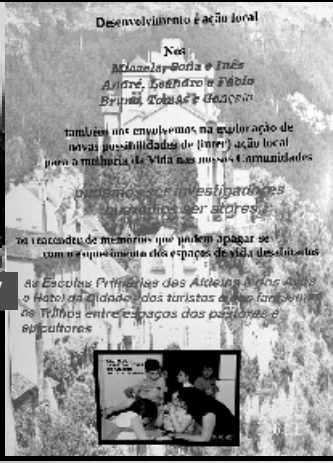
Mas recuperando alguns dos dados apresentados ao início, é fundamental termos presente que, na sua larga maioria, nos sentimos europeus e encaramos o futuro da Europa com otimismo. Restamos agora fazer o resto do caminho. Pôr mãos à obra e contribuir, com maior ou menor regularidade ou intensidade, para as decisões que da base local, até à nacional ou europeia, acabam por moldar a nossa vida e podem determinar o nosso futuro comum.

Espírito crítico, associativismo, trabalho em equipa, resiliência, otimismo são apenas alguns dos ingredientes de que podemos fazer uso para construirmos a Europa que queremos, para nós, para os nossos filhos, mas também para todos os “outros” e os seus filhos, que um pouco por todo o mundo, muito embora longe da nossa vista, todos os dias contribuem para o modo de ser europeu.

Promover a sustentabilidade na Europa é também promover a sustentabilidade no mundo. Ter este desígnio em mente e considerar a possibilidade em aberto, pode ser um forte motivador para a ação, algo que nos diferencia daqueles que se centram essencialmente nos seus interesses particulares. Uma vantagem competitiva que é urgente aproveitar.



Animação Territorial - Painel IV



Feira



Jançar Comunitário



Os saberes do linho



Os saberes do linho



Miserere Mei



Feira

ASSEMBLEIA

Realizaram-se:

- 9 debates, que envolveram 21 oradores e 3 grupos de trabalho: *Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local; Políticas de Ordenamento e Coesão Territorial – Desafios e Oportunidades; O futuro da Europa – do local para o global; Contributo do Ecoturismo para o Desenvolvimento Rural; MANIFesta'18 – O desenvolvimento é Ação Local; Assembleia XII MANIFesta – Ideias e Propostas para o Futuro; Apresentação e partilha de experiências entre os/as Convidados/as e Monitores/as do Projecto Rios; Valorizar os territórios: oportunidades e desafios; Reunião de Monitores/as do Projecto Rios;*
- 2 oficinas: *Saberes do Linho; Broa com degustação e Contos e Histórias da Aldeia de Lorvão, envolvendo a Associação de Melhoramentos do Carregal e o Grupo Etnográfico de Lorvão.*
- várias reuniões e encontros de trabalho com as associações, colectividades e autarquias das aldeias de Penacova.



Feira



Assembleia MANIFesta - Painel IV



Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local - Painel I



Feira



Os saberes do linho



Visita aos Moinhos



Feira



Visita ao Museu do Linho, aldeia de Zagalho



Jantar Comunitário



Caminhada (Trail Conhecer Penacova)



Visita à cervejeira artesanal Beira Alva



Dia Municipal para a Igualdade



Lorvão, glória da Ordem de Cister



Encontro preparatório da MANIFesta, Penacova

FEIRA e FESTA

Estas vertentes de animação cultural e territorial constaram de:

- 1 recreação histórica (*Lorvão, glória da Ordem de Sister*);
- 1 concerto de Canto e Órgão (*Miserere Mei*);
- 2 visionamentos de documentários (*Amanhã e Saberes do Linho*);
- 1 visita a fábrica de cerveja artesanal (*Beira Alva*);
- 1 jantar comunitário;
- 1 representação de teatro popular;
- 2 demonstrações etnográficas (*A tradição da Barrela da roupa à moda antiga e Saberes do Linho*);
- 1 trail (*Conhecer Penacova*);
- 1 banca de materiais promocionais e de divulgação;
- 1 visita ao Ecomuseu de Barroso, Montalegre (8 Setembro).



Caminhada (*Trail Conhecer Penacova*)



Visita ao Museu de Barroso, Montalegre





**OS
TERRITÓRIOS**
NÃO SÃO POBRES
**ESTÃO
POBRES**

tajosa. Sempre que se discute um novo período de programação de fundos europeus os compadres do país político voltam a reunir-se e uma nova edição do país bipolar, centralista e localista, tem lugar. Neste contexto, vejamos alguns tópicos de discussão sobre a valorização do interior.

Sempre que se discute um novo período de programação de fundos europeus os compadres do país político voltam a reunir-se e uma nova edição do país bipolar, centralista e localista, tem lugar

A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR

Em primeiro lugar, antes de ser agrícola, florestal ou rural, o enquadramento correto do problema da valorização do interior deve ser colocado nos planos territorial e regional, isto é, no nível NUTS II.

Em segundo lugar, para dar consistência política

Faço parte do Conselho Consultivo da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI) e, também, da Comissão de Acompanhamento da

Reforma da PAC. Nessas duas condições, e no preciso momento em que se discute a preparação do quadro financeiro plurianual para o período 2020-2027, quero exprimir alguns pontos de vista sobre o tema da valorização do interior que, obviamente, são da minha inteira responsabilidade.

O PARADOXO DO INTERIOR

O interior vive “entalado” entre o excesso de localismo e o excesso de centralismo e experimenta o chamado dilema do prisioneiro. Por um lado, a municipalização garante a proximidade aos municípios e a distribuição dos pequenos poderes político-partidários, mas a sua pequena dimensão não assegura economias de escala e aglomeração com dimensão suficiente para inverter o ciclo de despovoamento e desertificação. Por outro lado, a administração central está numa posição aparentemente confortável na medida em que lhe permite configurar e gerir a administração regional descentralizada da forma mais conveniente e dialogar com os municípios em posição quase sempre van-

a todo o exercício e criar uma cadeia de comando efetiva, deve ser criado o Ministério do Planeamento e Administração do Território (MPAT) e uma comissão interministerial para o mesmo efeito, como, de resto, já aconteceu no primeiro governo do Eng. António Guterres.

Em terceiro lugar, é necessário criar um *pivot* regional que tenha centralidade e racionalidade suficiente, de tal modo que o foco da política seja colocado no “regime das CCDR”, intensificando e melhorando a sua “coordenação e desenvolvimento” territorial e regional.

Em quarto lugar, deve discutir-se se o nível NUTS III/CIM é um nível de pertinência adequado para a gestão integrada dos instrumentos de política do território e para a descentralização das competências respetivas; em alternativa, pode discutir-se se o distrito tem ainda alguma pertinência para levar a cabo essa gestão do território (ver *Público*, cidades distritais inteligentes, 7 de Março 2018).

Em quinto lugar, deve discutir-se, no novo contexto territorial, se as estratégias de desenvolvimento local dos Grupos de Ação Local (GAL), traduzidas em programas de desenvolvimento

local de base comunitária (DLBC) mantêm toda a sua pertinência e aderência ao território, pelo menos no atual formato.

Em sexto lugar, a centralidade do regime de coordenação e desenvolvimento das CCDDR deve implicar a criação de um conselho executivo regional, um serviço regional de planeamento e administração do território e equipas de missão multi-serviços para a gestão das comunidades intermunicipais (CIM) e/ou das comunidades distritais (CD).

Em sétimo lugar, os programas de desenvolvimento territorial das CIM e/ou das CD e outras plataformas territoriais deverão ser objeto de “contratos de desenvolvimento territorial” e dotados de subvenções globais para o efeito.

Em oitavo lugar, o modelo dos “silos setoriais” despejando medidas avulsas para cima dos territórios está esgotado; os territórios precisam de inteligência coletiva, emocional e racional, e da criatividade dos cidadãos por meio de plataformas de inovação participativa e colaborativa.

Em nono lugar, os territórios locais e regionais correm o sério risco de ser capturados por algoritmos, servidores e *templates* atuando à distância e praticamente invisíveis; este facto é um alerta e deve ser usado para reforçar a sua representação política, designadamente através de um grande programa de descentralização político-administrativa.

Em décimo lugar, a inovação territorial não pode ser reduzida à informática de gestão e administração; é necessária uma nova cultura de ordenamento urbano com relevo para as redes de pequenas e médias vilas e cidades

do interior no que diz respeito ao seu autogoverno, em formatos socioinstitucionais inovadores como são a economia dos contratos, das convenções, dos clubes e dos territórios-rede; de resto, a economia local e regional não pode ser reduzida a uma sucessão de eventos, é necessário que esses eventos sejam integrados em “atos orgânicos” de estruturação longa da economia local e regional.

AS GRANDES OPÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR

Os territórios são construções longas e delicadas que atravessam muitas vicissitudes e contrariedades. O seu capital social é fruto dessa história vivida e dessa sociabilidade histórica muito particular e é dessa experiência histórica concreta que se geram, emergem e estruturam os recursos de um território. Por maioria de razão, na sociedade do conhecimento em que vivemos os novos problemas emergentes devem-se, em boa medida, a um défice de conhecimento. Por isso nós dizemos, os territórios não são pobres, estão pobres. Num



plano mais metodológico, não é difícil elencar algumas opções de investimento disponíveis para a valorização do interior; mais uma vez, tudo depende da “unidade e da voz de comando” e do modo como for concebido o “sistema operativo” respetivo. Eis as principais opções:

Em primeiro lugar, podemos optar por “pequenos investimentos cirúrgicos de reposição” tendo em vista repor equipamentos, infraestruturas, serviços e empresas que foram destruídos pelos últimos acontecimentos;

Em segundo lugar, podemos optar por reforçar uma “rede de vilas, cidades pequenas e médias do interior” tendo em vista consolidar a sua malha, aumentar os seus efeitos de aglomeração e, portanto, a sua área de influência;

Em terceiro lugar, podemos optar por um “plano de infraestruturas de rede”, por exemplo, a renovação da ferrovia, o reforço da rede de barragens, o saneamento das bacias hidrográficas, o melhoramento da rede rodoviária, a ligação dos centros hospitalares, a renovação do parque escolar;

Em quarto lugar, podemos optar pela instalação

de uma “rede digital de alta velocidade”, acabando com esta discriminação territorial e assim contribuindo para a smartificação dos territórios do interior;

Em quinto lugar, podemos optar por “investimentos agroambientais e agroflorestais de ordenamento do território”, tendo em vista reduzir os riscos ambientais e climáticos destes territórios;

Em sexto lugar, podemos optar por um “sistema de incentivos fiscais e financeiros às empresas” que se queiram instalar nos territórios do interior e que são variáveis com o número de empregos criados;

Em sétimo lugar, podemos optar pela prioridade ao “turismo de vilas e aldeias”, às suas redes e valorização dos seus sinais distintivos territoriais, tendo em vista atrair novos residentes e visitantes;

Finalmente, e porque todas estas opções não são exclusivas, podemos sempre optar por um mix de todos estes instrumentos de intervenção territorial.

É, de resto, na composição deste mix instrumental que está o segredo da estratégia de desen-

volvimento territorial, uma vez que não há *utilities* sem smartificação, que não há consolidação das áreas de influência sem o reforço das redes urbanas, que não há gestão do risco sem planos verdes, que não há investimento empresarial sem o reforço da economia de visitação e residencial. Este inventário de opções de política dirigido à valorização do interior serve apenas para ilustrar a minha tese inicial de que “Os territórios não são pobres, estão pobres”, uma vez que é



“a engenharia da nossa vontade”, traduzida em obra, que acaba por determinar o curso dos acontecimentos. A dificuldade, porém, reside no “combinado de opções”, no seu envelope orçamental e, especialmente, no sistema operativo de governação territorial.

NOTA FINAL

A valorização do interior está na ordem do dia, mais pela força das circunstâncias do que por vontade política genuína. Em três escritos recentes (*Público*, 11 de janeiro, *Público*, 23 de janeiro e *Público*, 29 de janeiro) abordei o recém-criado Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI) e dois instrumentos de intervenção territorial que eu considero fundamentais para a valorização do interior, a saber, o laboratório colaborativo e o parque agroecológico municipal. Estas duas aproximações são, porém, meramente instrumentais e “conceitualmente curtas” em relação ao muito que falta fazer. Numa aceção mais larga e mais longa, “valorizar o interior” significa colocar questões fundamentais e dar-lhes uma resposta apropriada, por exemplo: que modelo de desenvolvimento territorial, que escala e tipologia de bens e serviços, quais os beneficiários do novo modelo, qual o seu escalonamento temporal, que parcerias e modelo de financiamento, que papel para as tecnologias digitais, que modelo de governação do território?

O modelo de governação atual consagrou o país bipolar, é muito conservador e mantém a sua tradicional vocação clientelar. Dificilmente responderá às questões enunciadas anteriormente, mesmo que proceda aqui e ali a alguns pequenos ajustamentos.

Uma última referência à chamada “transição digital” que se imporá pela força do negócio digital. O centralismo político regozija-se com a transição digital, seja de Bruxelas ou das capitais, porque lhe facilita a “liquidez do sistema” e, portanto, a sua regulação territorial. De facto, o modelo de governança da sociedade digital avança a todo o vapor: em Bruxelas ou em Frankfurt o algoritmo-mestre do alto do panótico, nas capitais nacionais os servidores e seus *templates*, na província os dispositivos sensores e os olhos do governador. No final, a pergunta de sempre: como vamos ocupar o território?

Vamos ocupar o território com gente de carne e osso colocada *in situ*?

Vamos plantar dispositivos tecnológicos e digitais um pouco por todo o lado e esperar que eles debitem informação relevante nas nossas centrais de dados colocadas *ex situ*?

Não temos resposta para estas interrogações, restamos aguardar que haja bom senso quanto baste para encontrar o ponto de equilíbrio ecológico e digital mais apropriado a uma boa ocupação do território.

(in *Observador*, 11/3/2018)

INOVAÇÃO

E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Marco Domingues *Presidente da Animar*

A importância da análise do retorno do investimento, nomeadamente nos projetos reconhecidos de inovação social que preconizam novas respostas e/ou mais eficácia para novos e velhos problemas sociais, é elementar para a melhoria da eficiência na utilização dos recursos disponíveis. A Animar, uma rede com 25 anos, foi constituída por organizações sociais oriundas de territórios geograficamente marginalizados à época que, segundo um dos seus fundadores, o Prof. José Portela, “*manifestavam a vontade de mudar o mundo a partir do chão*”. Vontade essa que perdura e vai sendo fortificada com ação sustentada e sustentável um pouco por todo o país, onde o impacto se gera por via de dinâmicas associativas e cooperativas, alicerçada em parcerias com o poder local, na procura de soluções para os vários desafios sociais, económicos, ambientais, culturais e políticos, consolidadas em lógicas de investigação-ação e com base na experiência, refletida em inúmeras iniciativas de inovação social que contribuíram para o desenvolvimento das comunidades. Sublinhe-se que entendemos a inovação social em duas dimensões. **Numa primeira**, ao nível do processo de construção e na relação entre setores, que resultou nas várias e diferentes parcerias entre a administração central e local e as organizações da economia social e solidária. **Numa segunda**, ao nível dos resultados, nas diferentes iniciativas, inovadoras à sua época, que resultaram na institucionalização positiva de respostas aos desafios sociais, e que tanto contribuíram e contribuem para o desenvolvimento social. Reforçamos a relevância da inovação social enquanto processo consequente das relações de parceria e de

*MEDIR O IMPACTO É CADA VEZ
MAIS UMA EXIGÊNCIA ASSOCIADA A
PROCESSOS DE AVALIAÇÃO,
NOMEADAMENTE AQUELES QUE RESULTAM
DE INICIATIVAS DE INVESTIMENTO SOCIAL*

trabalho em rede concebidas entre setores, numa primeira instância histórica entre o setor social e o público e, mais recentemente, também entre estes com o setor privado com fins

lucrativos. Estes três setores encontram-se no atual contexto socioeconómico a procurar entre si novos formatos de relacionamento numa mesma missão social, mas com diferentes níveis de primazia e responsabilidade face à mesma.

Um dos mecanismos atuais, importado e em fase de validação, que permite depreender a causalidade e determinar o impacto de um programa, projeto ou iniciativa, procurando uma maior credibilidade e contribuindo para uma cultura organizacional promotora da melhoria contínua, define-se de “avaliação de impacto”. É aqui que a Animar considera fundamental o desenvolvimento de uma nova metodologia de avaliação do impacto social a partir da experiência e ADN da economia social e solidária, nomeadamente, a partir da definição de indicadores que garantam a análise da participação dos grupos, comunidades e instituições nos processos de tomada de decisão que os envolvam, e que avaliem a igualdade de oportunidades e tratamento na diversidade e na diferença, que garantam a equidade para uma maior coesão social e territorial e, por fim, que avaliem a boa governança dos recursos disponíveis, incluindo os recursos naturais de uma mesma “casa comum”. Este, é mais um desafio de inovação social abraçado pela Animar, a conceção de um modelo de impacto social a partir da experiência e princípios da economia social e solidária.

(in *Jornal de Negócios*, 28/12/2018)

FINANÇAS ÉTICAS
E SOLIDÁRIAS

DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO NO NOSSO PAÍS



Célia Pereira *Directora da Animar*

Presidente do Conselho de Administração da CRESAÇOR

No atual quadro económico-financeiro e no que aos sistemas de financiamento dominantes no território nacional diz respeito, bem como às sucessivas evidências de crise e fragilidade da banca, com consequências que afetam todas as pessoas indiscriminadamente, é por demais pertinente trazer para reflexão e discussão pública experiências de

sistemas de finanças éticas e solidárias, vigentes em diversos territórios europeus, e aferir da possibilidade e oportunidade da sua implementação no nosso país.

E, justamente, com este propósito a Cooperativa para o Desenvolvimento das Finanças Éticas e Solidárias (FESCOOP) e o Centro de Estudos

ÃO

de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa (UCP - CEFi) organizaram em conjunto o Terceiro Fórum das Finanças Éticas e Solidárias (FFES III), que decorreu, entre os dias 24 a 26 de Novembro, nas instalações da Faculdade de Ciências Humanas da UCP.

A temática do FFES III versou sobre Microfinanças e contou com a presença de oradores de renome internacional. Entre inúmeras intervenções proferidas, destaco a do Governador do Banco de Portugal: “*Os fenómenos de exclusão social anunciam rupturas futuras*” e “*Sociedades desarticuladas que não são capazes de acudir aos excluídos são sociedades muito frágeis*”. Ora, se atendermos às recentes e sucessivas crises da banca e aos efeitos e consequências desastrosas que implicaram na vida de inúmeras famílias e entidades, colocando-as em grave situação de carência, incerteza e dificuldade, e se atendermos ao facto do acesso ao crédito constituir também ele um factor de exclusão social, é por demais evidente a imperiosa necessidade de abandonarmos um “olhar distanciado” e tecermos um novo olhar sobre o papel da banca na sociedade.

É também, neste quadro, de salientar o inequívoco papel desempenhado pelo universo de organizações de desenvolvimento local e de economia social e solidária na resposta às crises económicas e que, entre os seus inúmeros domínios de intervenção, desenvolvem sobretudo um conjunto de actividades económicas que implicam a produção e/ou distribuição de bens e serviços, a criação de emprego, a geração e repartição de rendimentos, a

satisfação de necessidades (ou consumos) e a possível criação de poupanças sem esquecer, naturalmente, a vertente do financiamento e investimento que lhe estão associadas.

Mas responde o actual sistema bancário nacional às suas necessidades e especificidades de financiamento e investimento?

Os sistemas de financiamento dominantes, com objectivos lucrativos e condicionantes já deram provas que não. Por outro lado, as Microfinanças, ao assumir que nem todos os agentes económicos se encontram no mesmo patamar e têm as mesmas garantias no acesso ao crédito, enfrentam o desafio de se constituírem como alternativa ao financiamento da banca tradicional, que se preocupa em exclusivo com o capital e a obtenção de lucros sem atenderem ao destino dos seus investimentos.

De facto, e face ao inquestionável papel que a banca representa na dinamização e sustentabilidade das diversas formas de economia (familiar, empresarial, pública, social e solidária), em que o sector financeiro espelha a “saúde” e sustentabilidade económica e financeira de uma região e de um país, e em que é imperativo a assunção de uma relação equilibrada entre quem financia e é financiado, entre quem regula e é regulado, é o momento de assumirmos o papel de agentes provocadores para o desenvolvimento de sistemas de finanças éticas e solidárias em Portugal.

A emergência destas práticas de financiamento têm sido preponderantes, conforme atestam as experiências e boas práticas partilhadas no FFES III, como resposta aos desafios de colocar o crédito ao serviço do bem comum e como instrumentos de crescimento inteligente, da coesão territorial e do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

É neste âmbito, que na sessão de encerramento do FFES III foi, simbolicamente, assinado o Memorando de Entendimento do “*The B-SEA Project*” entre o GRA, a BPE, a FESCOOP e a CRÊSAÇOR, ponto de partida para o desenho de novos caminhos que, no domínio do financiamento, possam possibilitar a criação de novas oportunidades e sistemas de crédito e de financiamento coerentes com as lógicas de solidariedade e de entreaajuda.

(in *Jornal Económico*, 29/12/2017)

AS ORGANIZAÇÕES DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL SÓ **PODEM SER** FEMINISTAS

A CRENÇA NO DESENVOLVIMENTO E NO PROGRESSO CONTÍNUO PÕE HOJE EM CAUSA A VIABILIDADE DO PLANETA NOS PLANOS ECOLÓGICO E DE JUSTIÇA SOCIAL. A DESIGUALDADE MAIS TRANSVERSAL DE TODAS, QUE PERPASSA CLASSE SOCIAL, ETNIA, IDADE, ENTRE MUITOS FATORES DE DISCRIMINAÇÃO, É A DESIGUALDADE ESTRUTURAL DE PODER ENTRE HOMENS E MULHERES

Graça Rojão *Directora da Cooperativa Coolabora
- Intervenção Social*



Falar de feminismo é abordar os direitos humanos das mulheres, de todas elas, sem fazer tábua rasa da pluralidade de questões que enfrentam (brancas ou negras, ricas ou pobres, jovens ou idosas, lésbicas ou hétero, do Sul ou do Norte...). Não é tema fácil, pois muitas vezes basta nomear o feminismo para que se soltem reações que podem ir do simples incômodo à ira, dificultando a desmontagem dos muitos equívocos. Entendemos o feminismo como movimento social e político amplo, que procura a tomada de consciência, por parte das mulheres e dos homens, das condições de dominação e de desigualdade. Este processo depende da descolonização do nosso imaginário, do que aprendemos desde a infância sobre o que é ser homem e ser mulher. O patriarcado atribuiu ao homem o papel de ganhador e associou uma valorização social acrescida ao trabalho remunerado. É frequente ouvirmos classificar mulheres que não têm um trabalho remunerado como dependentes ou até como inativas. Coloca-se assim fora da economia aquilo que são tarefas essenciais à sustentabilidade da vida e invisibilizam-se processos fundamentais para a reprodução dos seres humanos, que aliás sustentam também o próprio capitalismo. Estão estatisticamente bem documentadas as desigualdades no trabalho e no emprego, nos usos do tempo, no acesso ao poder, na violência doméstica e de gênero. Os números são inequívocos. As organizações da economia social e solidária, ainda que constituam um conjunto heterogêneo e com princípios diversos, partilham de uma outra

O patriarcado atribuiu ao homem o papel de ganhador e associou uma valorização social acrescida ao trabalho remunerado. É frequente ouvirmos classificar mulheres que não têm um trabalho remunerado como dependentes ou até como inativas

racionalidade econômica e geralmente conferem centralidade ao cuidado e à emancipação social. Importa aprofundarem a incorporação da igualdade de gênero nas suas diversas agendas, através de mudanças que superem o nível meramente discursivo ou cosmético e que visem uma transformação mais profunda.

Algumas perguntas podem ser feitas para ajudar a desvendar a desigualdade: quem faz o quê nas organizações? Que tarefas são definidas *a priori* para serem desempenhadas pelas mulheres e que tarefas parece mais “natural” atribuir a homens? Como são distribuídas as responsabilidades, nomeadamente na hierarquia? Quem integra a direção de topo? Que remunerações e prémios são atribuídos a homens e mulheres? Existem mecanismos de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar? Respeita-se o direito à vida além da organização ou espera-se disponibilidade integral? As formas de participação dentro da organização são hostis ou amigáveis? Além destas questões, as organizações podem assumir a igualdade entre homens e mulheres como matéria central e podem integrar nas suas prioridades

a defesa de uma economia assente no cuidado, isto é, na sustentabilidade da vida, pois dela depende também a sobrevivência humana na Terra.

Estas questões não dizem respeito apenas às mulheres, mas a toda a sociedade. A economia social e solidária, enquanto projeto de emancipação, só poderá assentar numa visão feminista, que coloque no seu centro a cultura do cuidado consigo, com as outras pessoas e com a sustentabilidade do planeta.

(in *Negócios*, 11/10/2018)

ANIMAR, 25 ANOS AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A 17 de setembro de 1993 nascia a Animar, a primeira organização em rede que contribuiu para a criação do movimento do Desenvolvimento Local em Portugal.

As assembleias e os espaços de discussão eram o reflexo da diversidade das organizações e agentes que as representavam, mas também eram o “espaço de sentido comum”, que as unia na partilha e cooperação numa altura em que o programa LEADER impulsionava o surgimento das ADL por todo o território rural. Genuinamente, surgiram as MANIFesta que mobilizavam as ADL em torno de temas, problemáticas e preocupações comuns e, por outro lado, afirmavam uma identidade ímpar que desafiava a procura de soluções com pensamento e ação coletiva. Este movimento representativo gerou uma rede constituída por associações, cooperativas e fundações, autarcas, agentes de desenvolvimento, investigadores/as e ativistas. Esta é a herança consolidada em 25 anos de experiência no seio da nossa complexidade associativa, que nos dá a responsabilidade de continuar a gerir esta “riqueza social”, reinventando o processo de ação para a mudança social numa altura de “inovações sociais e tecnológicas”.

Continuamos a acreditar que somos extraordinariamente ímpares e necessários na valorização da diversidade; que o desenvolvimento se constrói em parceria com o estado e o setor empresarial, em territórios

sem muros e fronteiras; que a participação é um sustentáculo basilar da cidadania ativa e da democracia participativa; que a igualdade e equidade são desígnios para uma maior justiça social, e que a economia social e solidária é a que melhor responde aos problemas sociais, mas também aquela que mais contribui para a sustentabilidade ambiental e justiça económica numa mesma “casa comum”. Parabéns à Animar e a todas e todos aqueles que contribuíram para esta entidade associativa ser hoje uma grande referência da sociedade civil em Portugal.

*Marco Domingues
Presidente da Direção da Animar
Setembro 2017*

25 ANOS DA ANIMAR E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM PORTUGAL

Dia 17 de setembro a Rede Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local irá celebrar 25 anos desde a data da sua constituição.

25 anos de ativismo(s) da sociedade civil, que geraram na diversidade de contextos de atuação e de organizações uma rede ímpar de agentes de desenvolvimento que contribuíram para a afirmação do Desenvolvimento Local (DL) em Portugal. As primeiras experiências do DL nasceram na década de 60 do desenvolvimento comunitário em contexto rural, que se fortaleceram, tendo chegado na década de 80 aos territórios urbanos.

Encontrar e construir soluções coletivas, participadas e partilhadas, no envolvimento, planeamento,

animação e atuação para o desenvolvimento dos seus territórios foi a resposta encontrada pelas comunidades, através de organizações formais e informais, para a resolução e/ou atenuação dos seus problemas locais.

Concetualmente, o DL consiste na promoção da cidadania participativa, da capacitação e autonomização dos agentes locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções integradas com base nas dimensões económica, social, cultural, política e ambiental, sendo considerado também, um processo de mudança de base comunitária, de um grupo territorialmente enraizado, que se reconhece numa identidade comum e é capaz de se mobilizar em dinâmicas de solidariedade ativa para resolver problemas.

Entende-se, aqui, o DL enquanto modelo, sendo que, enquanto organização, sugere-se a proposta de “Organizações de Desenvolvimento Local - ODL” do Estudo de Caracterização da Rede Animar, onde se caracterizam as ODL, enquanto organizações de economia social (art.º 4.º da Lei de Bases da ES, n.º 30/2013, de 8 de maio), partilhando a sua missão de contribuírem para uma melhor coesão territorial, produzindo bens e serviços ligados a um território e a comunidades humanas, podendo ter uma incidência setorial predominante e procurando ter em atenção a sua natureza multidimensional nos processos de desenvolvimento. Se, por um lado, temos as organizações formais da economia social, por outro, temos as organizações formais e não formais que se afirmam enquanto economia social e solidária, por

defenderem princípios comuns de atuação, traduzidos em lógicas emancipatórias de cidadania participativa e igualdade, de solidariedade horizontal, de empoderamento das comunidades e visão ecocêntrica.

O legado imaterial dos 25 anos da Animar permite contribuir para uma maior afirmação do DL em Portugal, que poderá ser alcançada através de uma maior e mais eficiente cooperação e convergência das organizações da sociedade civil e no reforço do seu papel junto do Estado que terá de estabelecer um enquadramento que reconheça as ODL, e definir, para avaliação do processo e do seu impacto, um

conjunto de indicadores de análise do DL, e por último, consolidar uma política de educação para o DL, integrada, intergeracional, multidimensional e multinível. Termino, sugerindo a ideia de DL, com base em dois conhecidos provérbios, “para educar uma criança é preciso toda uma aldeia... apenas deverá ser escutada, participar nas decisões e sentida como igual, aprender a construir a sua cana, ensinando-a a pescar, e a não ser dominante na nossa casa comum, a casa dos peixes que pesca, a casa do ar que respira e da natureza que a conforta.”

*Marco Domingues
(jornal de negócios.pt, 13/9/2017)*

descentralizada de animação territorial em torno das questões da Cidadania e Igualdade. É um sucesso coletivo de muitas organizações da sociedade civil, que representaram mais de 51,4% das organizações envolvidas – câmaras municipais, escolas, redes sociais e outras, empresas, juntas de freguesia, centros de saúde, organismos públicos, autoridades policiais, universidades e politécnicos. É também o sucesso de uma Secretária de Estado, a da Cidadania para a Igualdade, e de um Governo que apoiou uma política de envolvimento da sociedade civil tendo em vista a resolução de problemas reais ligados à dimensão da cidadania e da igualdade, apostando num projeto de inovação social, retirando-o da lógica dos financiamentos de quadros comunitários que, sabemos, quase nunca conseguem acomodar respostas sociais inovadoras aos problemas do país. Um bem haja da Animar pelo trabalho em parceria da sociedade civil com o Governo, com o objetivo de fomentar Redes e Parcerias para o desenvolvimento de estratégias de territorialização de políticas públicas na área da Cidadania e Igualdade; de mobilizar recursos a nível nacional, adequados a cada contexto; de desafiar as Redes Sociais a participar ativamente no processo (enquanto modelo de governança territorial e multinível) e de promover a nível nacional (incluindo regiões autónomas) um conjunto de atividades que sensibilizaram e imprimiram consciencialização às populações em temas da Cidadania e Igualdade. É um sucesso do trabalho coletivo, onde não poderei deixar de referir a equipa que no terreno deu corpo a

INTERVENÇÃO DA ANIMAR NA SESSÃO DE ENCERAMENTO DO ROTEIRO CIDADANIA EM PORTUGAL



Bom dia a todas e a todos os presentes nestas **Conversas Traçadas - Visões e resultados do Roteiro Cidadania em Portugal**. Dirijo-me a vós como Presidente da Animar, com a mesma humildade que referi no meu discurso de 24 de outubro de

2016, quando demos arranque formal ao **Roteiro Cidadania em Portugal** e aceitámos este desafio e compromisso que procuramos honrar, e que culmina nesta iniciativa. O sucesso do Roteiro não é só um sucesso da Animar. É também o sucesso de uma política

iniciativa, quer por parte da Animar, quer por parte dos microprojectos que conosco se cruzaram, fazendo 202 concelhos parar, pensar e agir em prol da Cidadania e Igualdade. A dedicação e o empenho necessário para diariamente se estar num local diferente, a refletir sobre um tema diferente com pessoas diferentes foi, realmente, um esforço acrescido que devemos valorizar e agradecer. À Ana, à Sandra, à Sofia, à Raquel, ao Ricardo e à Vanda um muito obrigado por dignificarem todos os dias este projeto e o nome da Animar por esse país fora. No final de um ano de Roteiro Cidadania em Portugal, podemos afirmar que há um movimento nacional pela cidadania e igualdade enraizado nas comunidades locais, que aliás já vinha crescendo graças às muitas iniciativas públicas e da sociedade civil, sendo que no caso da Animar, a mais emblemática será a do ***Dia Municipal para a Igualdade***, desde 2010. O que começou por ser apenas um projeto passou rapidamente a ser uma constelação de vários projetos e processos que procuraram fortalecer e semear outros tantos pelo resto do país. Para lá da Animar, da sua rede de associados/as e entidades parceiras, houve quatro organizações que, interpeladas pelo Roteiro Cidadania em Portugal, quiseram desenvolver pequenos projetos dirigidos a públicos e com temas específicos. Estes micro-projetos usando a marca Cidadania em Portugal complementaram a atuação do Roteiro, permitindo chegar a mais pessoas e cobrir 65% do território nacional. O Roteiro para a Cidadania em Portugal foi uma iniciativa experimental, única em Portugal, que promoveu a

Cidadania e Igualdade durante um ano, tendo contactado mais de 202 concelhos e mais de 1000 entidades que puseram mais de 26000 pessoas a PARAR - PENSAR - AGIR. Os micro projetos foram projetos de inovação social extremamente ricos, que complementaram a ação da equipa do Roteiro, com especial destaque junto dos/as jovens em contexto de escola. São disso exemplos:

Compartilhar Educação - Fundação Maria Rosa

O projeto reúne a experiência e as sugestões dos/as jovens de escolas de várias regiões do país, contribuindo assim para enriquecer o funcionamento e as tomadas de decisão da comunidade escolar relativamente ao sistema educativo português. Recolheu sugestões e experiências de alunos/as do 3º ciclo e secundário relativamente ao sistema educativo (em escolas das diferentes regiões do país), que foram analisadas para identificação dos tópicos mais relevantes (30 escolas – uma por cada território NUTIII).

Roteiro do Diálogo Interreligioso e Cultural – Departamento de Ciências das Religiões da Universidade Lusófona

A área de Ciência das Religiões da ULHT, com o Observatório para a Liberdade Religiosa, promoveu Roteiro do Diálogo Inter-Religioso em vários municípios, com ações em bibliotecas escolares e noutras instituições interessadas, incluindo conferências e debates. O Roteiro do Diálogo Inter-religioso decorreu paralelamente ao Roteiro Cidadania em Portugal, percorrendo o país com o objetivo de promover o

diálogo e a partilha de experiências sobre a Cidadania e a Igualdade, na dimensão da abordagem ao fenómeno religioso, reconhecendo e enquadrando a Diversidade Religiosa e promovendo o Respeito através do Conhecimento e do Diálogo.

Educação LGBTI - Rede ex aequo

Este projeto realizou sessões de esclarecimento nas escolas, contrariando a desinformação e a discriminação existentes no campo da educação relativamente aos temas da orientação sexual e identidade de género, resultantes de informação incorreta, preconceituosa e estereotipada transmitida, assim como de um ambiente negativo para o dia-a-dia dos jovens LGBTI, em casa ou na rua, mas especialmente no espaço escolar. O impacto destas circunstâncias provoca em muitos destes jovens depressão, ideação e tentativa de suicídio, entre outras situações negativas, tais como agressões verbais ou físicas. Estas situações só podem ser contrariadas através da criação de ambientes positivos, abertos e tolerantes em relação às pessoas LGBTI e de uma educação inclusiva para a cidadania e para os direitos humanos.

Inspira o Teu Professor – Associação Acessível Êxito

Este projeto é uma campanha que pretende aumentar o reconhecimento da missão social dos/as professores/as, contribuindo para que esta seja continuamente mais respeitada e valorizada pela sociedade (pais, mães, alunos/as e pelos próprios professores e professoras) e apetecível enquanto percurso profissional. Como? Criando um movimento de

consciencialização social: desafiando os/as alunos/as a produzir e partilhar conteúdos inspiradores que rapidamente alcancem os seus e as suas colegas, professores/as, pais, mães e sociedade em geral. Ao aumentar o reconhecimento e a motivação dos/as professores/as, ambicionando inspirá-los/as a superar-se a si próprios/as, está-se a melhorar o seu desempenho nas aulas e, conseqüentemente, o dos alunos e alunas.

A transformação social é um processo que pela sua natureza é lento e difícil, exigindo uma grande resiliência e capacidade de adaptação por parte de quem a provoca. Acreditamos que para acelerar a mudança e a transformação social, e construir comunidades alicerçadas no profundo respeito pelos direitos humanos, é necessária uma estratégia de educação para a cidadania transversal e transformadora.

Projetos como o Roteiro Cidadania em Portugal deverão ter continuidade e ampliar-se, uma vez que complementam a ação do Estado com uma componente de efetiva presença que se consubstancia não apenas em recursos materiais, mas também humanos, possuidores de conhecimentos em várias matérias transversais e competências de facilitação e animação de grupos de diferentes idades. Na avaliação realizada junto das entidades que receberam o Roteiro, 99% respondem que estão interessadas em realizar novas atividades no quadro do Roteiro Cidadania em Portugal, o que reforça a ideia de quanto é pertinente dar continuidade ao projeto, na nossa

opinião, noutros moldes, capazes de perspetivar o aprofundamento dos processos. A pertinência deste projeto foi reafirmada por 74% de respostas referindo que as atividades não teriam sido realizadas sem o enquadramento do Roteiro; sendo que apenas 26% das atividades teriam acontecido nos seus territórios. O que demonstra a importância deste projeto e a relevância do trabalho realizado e, sobretudo, abre-nos um caminho de trabalho que é necessário e urgente realizar em torno da cidadania e igualdade, nos territórios e pelas organizações aqui presentes e outras largas centenas que, pela distância ou dificuldades de agenda, não puderam aqui estar. A animação territorial de políticas públicas pressupõe uma lógica participativa e centrada nas pessoas que potencie a progressiva reflexão e consciencialização dos cidadãos e cidadãs para temáticas que muitas vezes não são equacionadas pela maioria da população.

A intervenção em educação para a cidadania e igualdade não pode ficar confinada a espaços restritos. Pelo contrário, deve haver projetos de educação/formação mobilizadores das comunidades em geral, enquanto processos de desenvolvimento pessoal e social. Numa educação transformadora, os métodos têm de ser participativos e responsabilizadores. Pelo que é necessário tornar o espaço público mais educativo, promotor da igualdade, com intervenções inovadoras, críticas e criativas. Nos meses de setembro e outubro a equipa produziu um manual (disponível no site do projeto) com o objetivo de demonstrar as vantagens e o sucesso que as

metodologias da educação não formal, participativas, holísticas, centradas no/a aprendente têm. São também as mais adequadas a trabalhar a cidadania por estarem em consonância com a cidadania e o desenvolvimento que a Animar procura promover.

Embora seja fundamental levar este tipo de ações um pouco a todo o país, consideramos que deve ser feito um esforço no sentido de se privilegiar os territórios periféricos. Tendo sido o Roteiro um momento privilegiado para o contacto com uma grande heterogeneidade de públicos, tornou-se num processo privilegiado de análise e identificação das boas práticas desenvolvidas no país e, por outro lado, dos pontos carecentes de melhoria. As questões da Cidadania e a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável passam sobretudo pela formação de todos os atores sociais/agentes de desenvolvimento local, de forma a garantir o conhecimento e a apropriação dos princípios da cidadania. Importa também capacitar estes atores sociais para o uso eficiente dos recursos e dos meios disponíveis nos territórios, de forma a que a qualidade da sua intervenção se constitua como uma mais-valia na construção de verdadeiros espaços de inclusão. O programa do nosso seminário versa sobretudo sobre as propostas dos Grupos de Trabalho que funcionaram durante cerca de quatro meses e que reuniram 163 organizações em torno de 10 temas, aceitando o desafio de os amadurecer e construir conjuntamente um estado da arte e as linhas de ação para novas políticas de atuação. Esta foi uma dimensão

que o Roteiro ganhou após cinco meses de execução do projeto, porque a Animar considerou que a dimensão propositiva que estava equacionada com a Secretária de Estado desde o início do projeto não poderia passar apenas pelas ações locais que se estavam a realizar, sendo necessário criar espaços de diálogo dedicados a um amadurecimento de propostas a apresentar aos organismos públicos. Um especial obrigada a muitas das organizações aqui presentes, que aceitaram este desafio levando-o de forma consequente até ao fim. A Animar propôs este desafio e vai dar-lhe continuidade apoiando o trabalho das organizações que queiram dar continuidade a este trabalho coletivo. É importante, como sociedade civil, que sejamos nós a fazer chegar estas propostas às várias instâncias, pelo que desafiamos desde já os coordenadores e coordenadoras dos grupos de trabalho a fazerem o levantamento das organizações públicas e privadas onde os documentos produzidos devem chegar. Neste processo a Animar não pretende protagonismos. Entendendo que o envio deverá ser realizado pela organização que tiver canais de comunicação mais afinados com cada instância. Este tem de ser um processo de valorização coletiva e de responsabilidade partilhada. Como membros do Conselho Nacional para a Economia Social, Conselhos Consultivos das CCDR, membros da Comissão de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Rural e outras, faremos todos os esforços para encaminhar as mensagens que se acharem mais úteis e prementes.

A Animar batalhará com as organizações dos grupos de trabalho para conseguirmos fazer-lhes chegar a voz da sociedade civil e conseguir mais e melhores políticas públicas relativamente à cidadania e igualdade.

É importante que as organizações saibam que é intenção da Animar disponibilizar os recursos que detemos. A carrinha, o espólio de materiais didáticos e de divulgação de mais de 30 organizações, os materiais de *merchandising* que ainda sobraram, o *site* e os recursos nele contidos, que sistematizámos numa folha que se encontra no interior das pastas, estão ao serviço

de todas as organizações que os quiserem utilizar. Não quero terminar sem um obrigada à Sr.^a Secretária de Estado, Rosa Monteiro, por estar disponível para ouvir as organizações e encontrar novos caminhos de trabalho comuns, em prol da Cidadania e da Igualdade no país. Hoje não é o fim, hoje é o início do reforço do trabalho coletivo em torno da Cidadania e Igualdade. Sejamos desafiadores e desafiadoras, ouçamo-nos e encontremos formas práticas de nos organizar e trabalhar coletivamente, o que já por si é um enorme desafio.

14/12/2017

PARECER DA ANIMAR SOBRE O CRITÉRIO DE CANDIDATURAS A INVESTIMENTOS EM PRODUTOS FLORESTAIS NÃO IDENTIFICADOS COMO AGRÍCOLAS

A Animar vem, no âmbito das competências de membro da Comissão de Acompanhamento do PDR2020, emitir apreciação e pronúncia relativa aos critérios de seleção do Anúncio de abertura de período de apresentação de candidaturas N.º 02 /Operação 4.0.2 / 2018 do PDR2020 “Investimentos em Produtos Florestais Não Identificados como Agrícolas no Anexo I do Tratado”, enviado por *e-mail* do Secretariado da Autoridade de Gestão do PDR2020 no dia 15 de fevereiro e com prazo de apreciação de 22 de fevereiro de 2018, manifestando a nossa concordância com a generalidade dos critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate a aplicar no Anúncio de abertura de

candidaturas atrás referido. Não obstante, não podemos deixar de salientar algumas questões que nos preocupam, nomeadamente tendo em conta os incêndios do ano passado, deveria estar contemplado na fórmula de avaliação global, pontuação para as empresas que retirassem madeira da área ardida. A fórmula de avaliação privilegia em muito os critérios, no peso relativo global os indicadores, INOV - Processos inovadores; AF - Autonomia Financeira e CERT - Certificação ISO, FSC ou PEFC, sendo que este tipo de critérios coloca uma tónica de favorecimento na figura de empresa e menos na perspetiva de pequeno proprietário florestal individual.

*A Direção da Animar
Lisboa, 21/2/2018*

**INTERVENÇÃO DA ANIMAR
NO XIII COLÓQUIO
DO GRUPO PARLAMENTAR
PORTUGUÊS SOBRE
POPULAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO
- OS DIREITOS HUMANOS NA
ORDEM DO DIA, INTERVINDO
SOBRE O TEMA SAÚDE-
-COOPERAÇÃO-IGUALDADE**

...

Permitam-me partilhar com todos três questões que considero essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios locais.

A primeira questão tem a ver com a relevância da territorialização das políticas públicas com o propósito de adaptar os seus objectivos às características e identidades culturais dos territórios locais. Como compreenderão as políticas públicas só poderão ser eficazes a nível dos territórios locais quando as suas medidas e acções forem adequadas às necessidades e desafios dos respectivos territórios locais.

A segunda refere-se à relevância do reforço do sector da Economia Social e Solidária ao nível dos territórios locais. A Economia Social e Solidária é essencial para se dar resposta às necessidades e problemas dos territórios locais.

A terceira diz respeito à relevância da promoção e reforço da igualdade de género em termos de emprego, integração profissional e carreira profissional para o desenvolvimento dos territórios locais. A igualdade de género em termos de integração profissional e evolução na carreira profissional, para além de promover a inclusão social e cidadania,

promove as competências das comunidades locais o que é essencial para a promoção das respectivas economias locais.

...

*Eduardo Figueira
Auditório António Almeida Santos da
Assembleia da República
Lisboa, 29/5/2018*

**AUDIÇÃO PÚBLICA
“DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL”**

O movimento do desenvolvimento local, em Portugal, possui uma história iniciada em meio rural, com mais de 25 anos, ao longo dos quais foram experimentados e validados modelos de intervenção, criadas redes e estruturas, e influenciadas políticas públicas na promoção do bem-estar das comunidades locais, tendo, e muito bem, isso sido considerado na lei de bases da economia social (art. 4, alínea f). A 17 de Setembro de 1993, em Aljustrel, foi constituída a Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio

Rural, a primeira rede de organizações de Desenvolvimento Local em Portugal, que atualmente se encontra implantada em 70% do território nacional. Desde então a Animar afirmou-se como uma rede de capacitação entre pares e de inovação social e societária, constituída pela diversidade de organizações, de agentes e de contextos de atuações que defendem um modelo de desenvolvimento a partir do local, construído com base na participação, na igualdade e na solidariedade social horizontal para a promoção da coesão social e territorial.

As Entidades de Desenvolvimento Local trouxeram uma nova abordagem ao desenvolvimento, no sentido de integrar as comunidades através de estratégias constituídas em parcerias de animação territorial em rede. Estas organizações são, por excelência, agentes de desenvolvimento que contribuem para a resposta aos problemas e necessidades locais, alavancado oportunidades, podendo deste modo colmatar as dificuldades dos territórios. Por outro lado, as entidades de desenvolvimento local,



conjuntamente com as restantes famílias da economia social, constituem um forte pilar para o apoio e criação de emprego a nível local.

Encontramos na emergência e ADN destas organizações princípios e valores alinhados com o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que surge (pela primeira vez) na Conferência da ONU conhecida como Cimeira de Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Mais do que um conceito, o Desenvolvimento Sustentável pretende representar uma visão estratégica que procura compreender e conciliar três dimensões: a ambiental, a económica e a social. Isto é, visa assegurar a conciliação entre progresso e crescimento económico salvaguardando o respeito e a preservação da natureza. A estas três dimensões do desenvolvimento sustentável gostaríamos de acrescentar mais duas, como vários outros autores propõem: a dimensão política, na procura de uma democracia cada vez mais participativa, e a cultural, pela valorização da diversidade e da diferença.

O grande desafio do Desenvolvimento Sustentável é: como desenvolver atividades económicas conducentes à satisfação das necessidades atuais, de forma a que não se comprometa a sua satisfação no futuro? Dito de outra forma: Pode o desenvolvimento sustentar-se por si e conseguir combinar adequadamente o crescimento económico com a proteção dos recursos e coesão social?

Que respostas dão as entidades de desenvolvimento local e da economia social a estes desafios? A economia social teve capacidade de crescer em contraciclo, dado referenciado na última Conta Satélite da Economia Social. O que significa que juntos lideramos um modelo económico resiliente, competitivo (cooperando para competir) e de interesse comum. Não se constitui e nem se organiza na procura do crescimento económico, mas sim, do desenvolvimento integrado, inclusivo e sustentável. Se somos mais resilientes e capazes de crescer economicamente em contraciclo, deveremos ser também uma referência central das políticas de desenvolvimento de âmbito europeu e nacional.

Estamos por isso gratos pelo convite para participarmos este encontro de trabalho em Évora e pela oportunidade de podermos contribuir com algumas propostas aos desafios colocados pelo Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da definição da Estratégia “Portugal 2030”.

O Desenvolvimento Local reforça o papel da sociedade civil no desenvolvimento do seu território através da promoção de uma cidadania ativa e participativa, da igualdade de género, de oportunidades e de tratamento, privilegiando a solidariedade horizontal e emancipatória. Traduz-se, assim, em lógicas de pensar, planear atuar e avaliar a partir do local para o global. Este é um contributo fundamental das organizações de desenvolvimento local para a coesão social e territorial, que se edificam em cinco dimensões:

1. Solidariedade Horizontal e Emancipatória

Construindo-se através da solidariedade comunitária, da entreatuda entre as pessoas, da sua participação nos processos de organização, planeamento e execução – refletida no trabalho em parceria –, procurando respostas construídas com e para as comunidades.

Para isso são necessários processos de animação territorial e de desenvolvimento local enquanto processos de cooperação e conjugação de interesses entre sociedade civil, empresas e governo. Autonomia, deverá ser sinónimo de sustentabilidade e coesão, expressando uma nova forma de agir, afastando-se dos sistemas de organização hierárquica e heterónoma da sociedade, afirmando-se na liberdade política para determinar o seu próprio destino e para criar e implementar medidas que abandonem políticas sectoriais e apostem em políticas sistémicas.

2. Igualdade, Coesão Social e Territorial

Porque acreditamos que igualdade é desenvolvimento, consideramos que a Igualdade de Género, de oportunidades e de tratamento é um princípio base da justiça social fundamental para a coesão social. Defendemos que a economia social e solidária deverá reforçar a sua liderança na promoção da igualdade e contribuir para que as pessoas que se encontram nos últimos lugares, sejam as primeiras a ocupar as primeiras filas. É nos territórios, em cada um deles, que se vive e se concretizam os efeitos das crises; que a prevenção

da pobreza, da desigualdade socioeconómica e do risco ambiental tornam prementes a mobilização de todos os atores e de todas as competências locais na construção de comunidades resilientes.

3. Ambiente e casa Comum

As entidades de desenvolvimento local assumem a necessidade de defesa do primado das pessoas e dos objetivos sociais, tal como o definido na Lei de Bases, art. 5, alínea a). Mas é necessário que este primado seja concretizado (porque é interdependente com o da conservação e preservação da nossa casa comum) e edificado através de uma visão ecocêntrica. Ou seja, as pessoas como parte igual e não dominante da natureza. Propõe-se assim à economia social e solidária que lidere e seja referência nos processos de ordenamento sustentado do território, na gestão da floresta, biodiversidade e no combate às alterações climáticas. As políticas de Desenvolvimento Sustentável e coesão territorial poderão e deverão dar forma a uma economia solidária com a vida, que inclua nos seus sistemas de produção local a decisão democrática, a equidade distributiva e a defesa do ambiente, fortalecendo em todos os territórios os caminhos da sustentabilidade.

4. Economia Solidária, Circular e Tecnologia

O modelo económico defendido pela Animar sugere uma proposta alternativa ao capitalismo, consolidada com base nos princípios da economia social e solidária, não apenas na sua versão mais assistencialista, mas na apresentação de outras propostas e formas de fazer

economia. A economia solidária articula-se com a promoção de atividades económicas, mas também com a dimensão de participação e cidadania, o que significa valorizar a economia enquanto híbrida e sistémica, cruzando recursos do mercado e do estado com a reciprocidade das pessoas, seus saberes e culturas. As entidades da economia social e solidária procuram outras formas de organização do trabalho, conjugando utilidade e solidariedade, corrigindo desequilíbrios do mercado de trabalho e a valorização do voluntariado. É também na economia solidária que surgem os princípios base da economia circular – a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de produtos e energia. Defendemos, também, a economia digital e a tecnologia, embora com a devida cautela – a tecnologia deverá estar ao serviço da dignidade humana e do bem-estar social, e não da automatização (inconsciente) das pessoas. Devemos estar atentos e liderar esta preocupação.

5. Educação para o Desenvolvimento

Acreditamos que parte dos problemas sociais tem origem numa forte crise de valores e exigem uma atuação a montante. Reforçamos a importância da educação comunitária com base na coerência, entre princípios e ações. Criar uma política de educação para o desenvolvimento da economia social e solidária é primordial. Denotamos a contradição em promover a cooperação e solidariedade, num modelo de educação que valoriza em demasia o individual e a

competição, retirando também e cada vez mais as crianças da vida quotidiana das comunidades para que possam ser melhor preparadas para a vida em sociedade. Em suma, atendendo a que as nossas comunidades carregam os custos incontáveis dos problemas que enfrentam decorrente da sua não-coesão e das sucessivas crises, o desafio de (re)definir a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável dos próximos anos no âmbito do “Portugal 2030”, preferencialmente em estreita articulação com as metas dos “ODS - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável”, centra-nos no desafio intemporal, talvez utópico, de conseguir uma vida de bem-estar para todos, com dignidade, justiça e equidade. É este, em nosso entender, o grande propósito do Desenvolvimento Sustentável. É também esta a Missão da Animar. A Rede Animar reúne um património ímpar de saberes documentados, de projetos e iniciativas com sucesso, que tanto contribuíram e contribuem para o desenvolvimento territorial e para uma maior coesão social, nomeadamente nos territórios mais desfavorecidos e de baixa densidade. Estas diferentes dimensões do saber-fazer, que procuram afirmar a sustentabilidade, alicerçam-se na interdisciplinaridade e na capacidade de cooperação nos territórios. É também nos territórios, em cada um deles, que se vive e se concretizam os efeitos das crises; que a prevenção da pobreza, da desigualdade socioeconómica e do risco ambiental torna premente a mobilização de todos os atores e de todas as competências locais

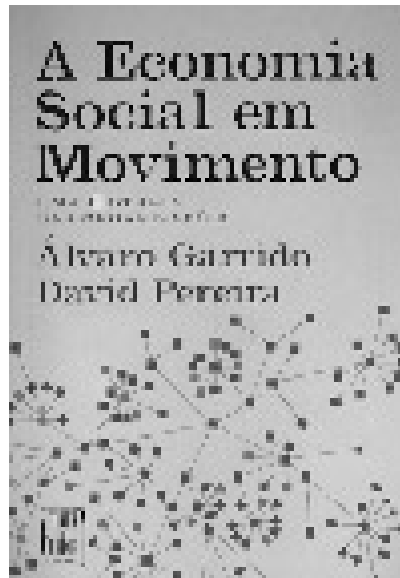
na construção de comunidades resilientes. Esperamos, pois, que co-existam espaços privilegiados de concertação para a conjugação de interesses que garantam o reforço do desenvolvimento local e da economia social e solidária enquanto pilar de desenvolvimento sustentável da sociedade portuguesa e europeia. Consideramos que na cooperação, todas e todos temos a ganhar, e que a garantia do estabelecimento de relações de proximidade, de participação e reforço da ação das várias entidades públicas e privadas, criar as condições adequadas para que o Desenvolvimento Sustentável se afirme na defesa do bem comum e acima do interesse parcelar.

A Animar assume a responsabilidade de integrar e potenciar este movimento, acreditando que na convergência seremos mais eficientes na atuação. Quem ganhará sempre, são as pessoas!

Em nome da ANIMAR, e mais uma vez, obrigada pela oportunidade e pela vossa atenção.

Évora, 9/10/2018

Economia Social em Movimento – uma história das organizações



Da autoria de Álvaro Garrido e David Pereira, e editado pela Tinta da China com o apoio da CASES, este trabalho pretende desvendar a história da Economia Social, dado “*um certo silêncio da História neste domínio e o uso frequente de uma memória histórica superficial a propósito desta ou daquela ideal/organização da Economia Social*” e suscitar “*na maioria dos historiadores – sejam eles especialistas em História social ou económica, moderna ou contemporânea – uma certa alergia.*”

Mais que nas ideias (essas foram tratadas pelos autores em *Cooperação e Solidariedade – uma história da Economia Social*, Tinta da China, 2016), este trabalho foca-se nas organizações. Isto porque boa parte da análise histórica da Economia Social tende a “*ser subordinada a outros fins hermenêuticos, ou tende a ser um recurso instrumental de outros discursos*” usando uma perspectiva

histórica que “*falha ao retirar consequências analíticas da História*”. Neste trabalho, os autores sentem-se tributários (para além de outros autores referidos, como José Cipriano Goodolphim, Rui Namorado, Vasco Rosendo ou Domingos da Cruz) dos “*estudos pioneiros*” de Miraian Halpern Pereira sobre as políticas públicas sociais no que refere ao mutualismo, nomeadamente ao seu trabalho *As origens do Estado-Providência em Portugal*; as novas fronteiras entre público e privado.

Dando como certo que “*A Economia Social é uma ideia humanista e militante que nasceu da confluência entre propósitos de moralização do corpo social e de transformação progressista do sistema capitalista*” os autores recusam qualquer postura “*conveniente e sobranceira*”, na presunção de que “*a sua natureza lendária e a dimensão ética que lhe está associada valem por si próprias*”. Por outro lado, e aceitando como válida a definição de Rui Namorado de que a Economia Social é “*um espaço socioeconómico que corresponde a um conjunto onde organizações e de iniciativas que a integram quer pelo facto de não fazerem parte do Estado, quer porque nessas entidades e práticas não domina a lógica capitalista do lucro*”, Álvaro Garrido e David Pereira constatarem que, no espaço comunitário, “*as políticas sociais são um domínio especialmente disputado, onde se distinguem um sector público e um sector privado, organizações laicas e de obediência religiosa*”; que sob a “*retórica burocrática do ‘modelo social europeu’ e de uma ‘economia social de mercado’ abrigam-se repetidos apelos das instituições europeias à coesão social e ao papel da inovação das empresas*

**Ainda (e sempre?)
a descentralização**



Em meados de 2018 estive em discussão a descentralização de algumas competências administrativas do Estado para as autarquias, tendo a Assembleia da República sancionado o essencial das propostas do governo relativamente à educação, cultura, justiça, protecção animal e segurança alimentar. Sendo consensual na sociedade portuguesa a necessidade de se reduzir significativamente o centralismo político, administrativo e económico como forma de se combater as assimetrias e realizar uma distribuição mais harmoniosa dos recursos e da riqueza, as divergências, que são grandes e significativas, começam quando se aborda a sustentabilidade dessa descentralização, ou seja a transferência de verbas do governo central para as autarquias. Dada a debilidade económica do país e a grande dependência do sector privado das encomendas do Estado, o problema da sustentabilidade da descentralização não tem solução fácil. No entanto, e apesar disso, o problema da excessiva centralização do Estado persiste, pelo que convém ter claro qual a sua dimensão e do que estamos a falar quando falamos dela. No dia 13 de Novembro de 2018 a Associação Comercial do Porto deu a conhecer um estudo realizado

sociais” não sendo claro se tal discurso e “os instrumentos financeiros que lhe dão corpo não venham a desconfigurar os princípios fundamentais da Economia social e a negar a sua memória histórica comum.”

Importância económica e social das IPSS em Portugal



É este o título de um trabalho realizado para a CNIS, da autoria de Américo Mendes que, com Filipe Pinto, também o coordenou. Fruto de dois anos de trabalho, nele colaboraram mais de 70 pessoas, o que permitiu realizar a mais completa radiografia do Sector Solidário em Portugal, lançando luz sobre a sua importância económica e social. Um sector que, segundo os dados apurados, é constituído por 3.365 associações, 161 cooperativas, 252 fundações, 85 mutualidades de solidariedade social, 174 casas do povo, 1.017 centros sociais paroquiais, 219 organizações religiosas 3 375 misericórdias, o que perfaz um conjunto de 5.647 entidades com o estatuto de IPSS

(ou a ele equiparado), as quais, segundo o critério dos autores, constituem no seu conjunto o Sector Social e Solidário português. Este estudo foi realizado a partir das contas e demonstrações de resultados e balanços relativos a 2016 de 565 IPSS do continente e ilhas (10% das IPSS activas), o que permitiu concluir que:

- 31,7% dos rendimentos das IPSS correspondem a venda de serviços;
- 46,12% das suas receitas são constituídas por subsídios estatais (Segurança Social – 38,75%; Administração Central – 6,59%; Autarquias – 0,78%);
- 58,41% dos gastos correspondem a salários;
- os níveis da solvabilidade e liquidez financeira das IPSS são melhores que os da entidades privadas prestadores de serviços sociais. No entanto, a rentabilidade dos capitais próprios são menores;
- em 2016, 42,12% das IPSS objecto deste estudo tiveram balanços económicos e financeiros negativos;
- cada euro captado por uma IPSS é multiplicado por 4,218 na economia do seu concelho.

O estudo termina com um conjunto de recomendações relativas à manutenção e ao desenvolvimento de uma Central de Balanços (criada no decurso do estudo), vocacionada para um trabalho mais abrangente e continuado do iniciado (divulgação de resultados e indicadores, uniformização de critérios, e com dados mais detalhados sobre fluxos de caixa e emprego, valor do trabalho voluntário, etc.).

64 NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

a seu pedido pela Universidade do Minho, intitulado *Assimetrias e Convergência Regional: Implicações para a Descentralização e Desenvolvimento do Estado em Portugal*, um trabalho elucidativo sobre a questão. Coordenado pelo Prof. Fernando Alexandre, este é talvez o maior estudo realizado em Portugal sobre descentralização. Centrado no comportamento da economia portuguesa desde a adesão ao euro, o estudo confirma que o nosso país se fastia cada vez mais dos países comunitários mais ricos e com rendimentos mais elevados e revela uma crescente hiperconcentração em Lisboa dos serviços e das compras públicas. O que faz de Portugal “*um dos países mais centralizados da OCDE*”, com a administração local a ser responsável por apenas 10% da despesa pública total e com cerca de metade das compras públicas a realizadas por entidades localizadas na Área Metropolitana de Lisboa. Segundo o estudo, a “*tragédia do centralismo*” pode ser sintetizada da seguinte forma:

- 1) Portugal é dos países mais centralizados da OCDE, cabendo à Administração Local apenas 10% da despesa pública total. A Alemanha e a Espanha, por exemplo, registam percentagens superiores a 30%;
- 2) No nosso país, com a crise de 2008, o peso da Administração Local na despesa pública regrediu aos valores dos anos 90 (11%);
- 3) As receitas da Administração Local, que se encontravam estagnadas, registaram uma quebra de 4% a partir de 2004;
- 4) Entre 2010 e 2016, as transferências do Estado para

os municípios diminuíram 23%. Para o Algarve a redução foi 34%;

- 5) A partir de 2010, os municípios tentaram compensar a quebra nas transferências do Estado aumentando as receitas próprias (+11%);
- 6) Entre 2004 e 2016, as receitas fiscais do Estado aumentaram de 33% para 38%, tendo as transferências caído de 45%, para os 38%;
- 7) 49% do valor das compras das administrações central e local é feita por entidades localizadas na Área Metropolitana de Lisboa;
- 8) 64% das compras públicas são feitas por entidades da Administração Central da Área Metropolitana de Lisboa;
- 9) As vendas das empresas da Área Metropolitana de Lisboa representam 77% das compras da Administração Central, 62% das do Estado e 40% da Administração Local.

Pode aceder ao estudo na página electrónica da Animar (www.animar-dl.pt) em DOCUMENTAÇÃO/PDF/DOUTINÁRIOS, POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS

António Barata